

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Efeito do estabelecimento de relações simbólicas de coordenação sobre a emissão de respostas
de ajuda**

Renata Cristina Gomes

São Carlos

2024

**Efeito do estabelecimento de relações simbólicas de coordenação sobre a emissão de respostas
de ajuda**

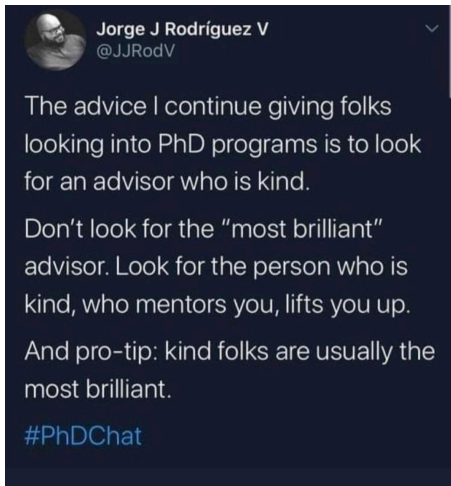
Renata Cristina Gomes

Texto de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar, para a obtenção do Título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Coelho de Rose.

AGRADECIMENTO

Deixo aqui registrado meu agradecimento ao Charles, que foi sensível à minha necessidade e me ajudou nessa empreitada com o convite aos participantes. Ao Marlon, que foi meu parceiro na coleta e nas angústias de pós-graduanda. A todo pessoal do laboratório, todos muito inspiradores e acolhedores, tornaram tudo mais leve. E, finalmente, ao professor Júlio, que foi generoso, paciente e um modelo de educador durante todo o processo. Vi esse meme na internet, imediatamente lembrei-me dele, sempre brilhante:



Sumário

RESUMO.....	1
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO GERAL.....	2
A SENSIBILIDADE AO OUTRO.....	2
REFERÊNCIAS.....	16
CAPÍTULO 2 – O PAPEL DE ESTÍMULOS VERBAIS ELICIADORES NO DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIDADE AO OUTRO NA PSICOTERAPIA.....	20
REFERÊNCIAS.....	38
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO.....	47
REFERÊNCIAS:.....	54
CAPÍTULO 4 – THE EFFECT OF ESTABLISHING SYMBOLIC COORDINATION RELATIONS ON THE EMISSION OF HELPING RESPONSES.....	55
ABSTRACT.....	55
NOVELTY AND RELEVANCE:.....	55
INTRODUCTION:.....	56
METHOD.....	61
PARTICIPANTS.....	61
MATERIAL AND SETTING.....	62
PROCEDURE.....	62
RESULTS.....	65
REFERENCES.....	69
CAPÍTULO 5 – EXPERIMENTO 2.....	74
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78

RESUMO

Entre os psicoterapeutas comportamentais é comum a preocupação em desenvolver o repertório de seus clientes de sensibilidade ao outro. Entretanto, muitas das intervenções clínicas nessa direção têm sido eficazes no desenvolvimento da capacidade do cliente de descrever o que estaria ocorrendo com um terceiro e os sentimentos correlatos, mas não necessariamente estariam promovendo maior inclinação da parte do cliente em emitir, fora do ambiente da sessão, uma resposta concreta de ajuda na direção desse terceiro. O objetivo do presente estudo foi investigar como a apresentação de um pedido de ajuda influencia a probabilidade de as pessoas estarem dispostas a ajudar. Para testar experimentalmente tal hipótese, participantes foram envolvidos em uma situação análoga a que usualmente ocorre em psicoterapia, na qual foram solicitados a relatarem dificuldades pessoais e, em seguida, foram apresentados a um pedido de ajuda. Ao grupo experimental foram apresentadas declarações comparando as experiências vividas pelos participantes com as vivenciadas por um terceiro, juntamente com um pedido de ajuda a esse terceiro. O grupo de controle recebeu apenas a descrição do problema do terceiro e o pedido de ajuda. Os resultados mostraram que o grupo experimental estava mais propenso a responder ao pedido de ajuda. A hipótese é a de que, ao comparar ambas as situações ao solicitar ajuda, o experimentador facilitou o estabelecimento de relações simbólicas de coordenação entre tais situações, o que aparentemente aumentou a probabilidade de o pedido evocar respostas de ajuda. Os resultados sugerem que o uso dessa estratégia - comparar as experiências vividas pelo cliente com as vivenciadas por outros - pode ser expandido na psicoterapia e em outros contextos voltados para o desenvolvimento da empatia e sensibilidade aos outros. No entanto, devem ser interpretados com cautela devido às limitações metodológicas.

Palavras-chave: respostas de ajuda; relações simbólicas; coordenação.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO GERAL

A estrutura desta tese foi organizada de forma a iniciar com uma introdução geral sobre o tema e incluir nos capítulos 2 e 4 os dois artigos já publicados derivados desse projeto subsequente. O segundo destes artigos (capítulo 4) é apresentado em inglês, língua em que foi publicado. O capítulo 3 apresenta considerações adicionais sobre o método empregado nos dois experimentos e que não puderam ser incluídas na seção de método apresentada no artigo reproduzido no capítulo 4. Por fim, no capítulo 5 são apresentadas considerações gerais.

A sensibilidade ao outro

É inegável que existe uma preocupação antiga e perene sobre o desenvolvimento de pessoas preocupadas com o bem do outro e o conhecimento científico não tem sido indiferente a isso (Ekman, 2010; Nowak, 2006, 2011; Skinner, 1953; Tomasello, 2009; Wilson, 2015). Davis (1983), por exemplo, investigou o que convencionalmente chama-se “empatia” e afirmou que a empatia, de uma forma mais ampla, referia-se às reações de um indivíduo às experiências vividas por outro. Não há um consenso sobre quais reações exatamente seriam essas, tampouco acerca da forma como a empatia se desenvolve. Entretanto, desde as primeiras definições de empatia já eram descritos dois tipos de classes de respostas envolvidas nessas reações: cognitiva (a habilidade de entender a perspectiva do outro, de compreender, por exemplo, que o outro sofre) e emocional (a capacidade de sentir algo a partir da perspectiva do outro). Há, portanto, ênfase na capacidade de responder de maneira sensível à emoção de outros, compreendendo-a e quase compartilhando-a (Valdivia-Salas et al, 2009).

Entretanto, essas definições de empatia não destacavam ou mencionavam ações derivadas de tais reações. Outros autores então sugeriram que quando ocorressem ações de ajuda subsequentes às respostas cognitivas e emocionais à perspectiva do outro, o termo a ser usado deveria ser “simpatia”, e não empatia (Vilardaga, 2009), enfatizando assim a importância de tais ações de ajuda. Aliás, o favorecimento dessas ações é o objetivo de muitos pais, professores, psicoterapeutas, líderes religiosos etc. O comportar-se em função de promover o bem de um terceiro ou do grupo tem sido designado por vários termos: altruísmo, compaixão, simpatia, cooperação, generosidade, etc (inclusive como empatia em parte da literatura). E, apesar das diferenças conceituais e terminológicas, é difícil não concordar com Nowak (2011, p. 15) quando afirma que “o mundo moderno é um extraordinário empreendimento coletivo”.

A chamada “cooperação” parece essencial para o surgimento de tal mundo: um componente imprescindível para criação de entidades complexas, de células a sociedades. Harari (2016) enfatiza que o *Homo Sapiens* só dominou o planeta graças a sua capacidade de cooperação flexível e em larga escala. Em que momento e de que forma ela surge? A tradição Darwiniana destacou a importância da mutação (ou “variação”, conforme usualmente usado pelos behavioristas) e da seleção como mecanismos de evolução, mas, no que se refere à espécie humana, três características – os “três C’s” – destacam-se no processo evolutivo: cognição, cultura e cooperação (Hayes & Long, 2013; Nowak, 2011).

Skinner (1981) argumenta que a cooperação seria uma extensão da cognição e cultura, fortalecida essencialmente graças ao surgimento da linguagem. Entretanto, após a retomada da seleção de grupo como explicação plausível dentro da ciência evolucionista, hoje entende-se que aprendizagem e comportamento, mais do que

produtos da evolução genética, seriam, na verdade, os seus condutores (Hayes & Sanford, 2014). Ao mencionar o impacto da aprendizagem em processos epigenéticos, Hayes & Sanford (2015) apontam que as evidências recentes sugerem que interações entre dimensões evolutivas de condicionamento operante e clássico impactam diretamente a progênie.

A cooperação, dessa perspectiva, teria vindo primeiro, constituindo-se um terceiro ingrediente fundamental, somado à variação e à seleção, na evolução da espécie humana. Um grupo que incluía alguns poucos falantes e ouvintes hábeis em responder a símbolos com reversibilidade de papéis (variação) teria uma vantagem sobre outros grupos devido à cooperação favorecida por tais habilidades verbais (seleção). Grupos que a princípio eram meramente cooperativos se tornariam comunidades verbais capazes de modelar o responder relacional derivado (Hayes & Sanford, 2014). Cognição e cultura seriam de fato manifestações do “primeiro C”, a cooperação, uma vez que a cooperação teria estabelecido as condições para o surgimento da linguagem (Wilson, 2015)¹. *“Said in a more colorful way, the human mind does not just enable cooperation, it is modeled on it. Human cognition is itself an act of cooperation”* (Hayes & Long, 2013, p.16).

De que forma a seleção natural teria levado ao comportamento cooperativo é uma questão que tem fascinado os biólogos evolucionistas há décadas (Nowak, 2006). O próprio Darwin sugeriu, em *The Descent of Man* (1871), que indivíduos agiriam em benefício de seu grupo. Usou o termo “simpatia” para descrever o comportamento de humanos e outros animais de socorrer pares em perigo. E, quando Darwin fala de

¹ Nowak (2011), aliás, vai além e afirma que a seleção natural precede a emergência da reprodução, isto é, da habilidade de replicar-se seja por meio de ovos, descendentes ou moléculas e que, ao pensar na implicação dessa teoria sobre a origem da vida, é capaz de demonstrar que a cooperação é mais antiga que a própria vida.

“*survival of the fittest*”, refere-se ao mais apto, o mais adaptado ao ambiente, mas não necessariamente ao mais forte, permitindo supor também que a sobrevivência envolve mais do que sobressair-se individualmente. A seleção natural é baseada em aptidão relativa (*relative fitness*), isto é, no quão bem um organismo sobrevive e se reproduz **em relação** aos outros organismos na população (Wilson, 2015). Grupos cooperativos suplantam os demais grupos na guerra pela sobrevivência. Mas, por que indivíduos cooperam? Como foi selecionado não só o comportamento de trabalhar em direção a um objetivo comum, mas o de cooperar entre possíveis competidores?

Nowak (2006) propõe cinco mecanismos de cooperação, testados matematicamente, que resolveriam esse dilema: (1) Repetição (reciprocidade direta); (2) reputação (reciprocidade indireta); (3) seleção espacial; (4) seleção de grupo; e (5) seleção por parentesco. Esses mecanismos foram estudados por Nowak (2011) por meio de simulações computacionais de interações entre membros de populações. Tais simulações eram inspiradas no Dilema do Prisioneiro²: os indivíduos constituintes das comunidades simuladas podiam sempre optar entre cooperar ou desertar a cada interação entre eles.

No caso do mecanismo da reciprocidade direta, a estratégia seria o *tit-for-tat*, o conhecido “olho por olho, dente por dente”, ou seja, no decorrer da simulação, os jogadores simplesmente repetiam a estratégia de seus pares: cooperavam quando tinham recebido ajuda na interação anterior ou desertavam quando tinham sido desertados. Essa estratégia se provou funcional para promover cooperação entre membros de uma

² O Dilema do Prisioneiro foi criado em 1950 por Merrill Flood e Melvin Dresher, e faz parte da Teoria dos Jogos. Envolve a seguinte situação: dois infratores que são presos pela polícia, mantidos e interrogados em celas separadas, de forma que não há comunicação entre eles. O crime, apesar de cometido, não tem como ser provado, de forma que é preciso que ao menos um deles delate. Os interrogadores apresentam a ambos a seguinte proposta: se os dois delatarem, ambos terão a pena reduzida (um ano). Caso ambos cooperem entre si e não delatem, os dois receberão a pena padrão (três anos). Mas, se acaso apenas um for delator, este sairá livre, enquanto o outro, em contrapartida, receberá uma pena estendida (cinco anos). No caso do Dilema do Prisioneiro Iterado, considera-se que essa situação na qual o indivíduo deve decidir entre cooperar ou desertar seu “cúmplice” repete-se, o que modificaria a probabilidade de deserção em função de retaliação.

comunidade que se manteria unida por um longo período e na qual seus membros repetidamente tivessem oportunidade de cooperar ou desertar entre si: em tais condições descritas, essa foi a estratégia que favoreceu a sobrevivência do grupo. Esse tipo de procedimento, no qual a situação-problema é apresentada várias vezes, é conhecido como o Dilema do Prisioneiro repetido ou iterado (Nowak, 2006).

Entretanto, nem sempre os encontros entre os mesmos pares de membros se repetem. Se a probabilidade de reencontrar um indivíduo é menor, de onde viria a vantagem operante de cooperar a despeito da possibilidade de um ganho individual maior ao desertar? É sobre esse aspecto que a reputação seria fundamental. As sociedades se tornam maiores, mais complexas e interconectadas na medida em que seus cidadãos dependem de trocas econômicas que se baseiam em reciprocidade indireta. O comportamento dos membros seria amplamente influenciado pela possibilidade de que outros tivessem acesso àquilo que fazem: seja porque atos são testemunhados por outros membros, ou seja porque atos são transmitidos por meio de relatos – o que foi facilitado depois do surgimento da linguagem. Mais recentemente, a publicidade da reputação de um indivíduo foi amplificada com o surgimento da internet e das redes sociais. É sabido que ter uma boa reputação facilita o acesso a reforçadores importantes. Nas simulações computacionais, Nowak criou uma forma de alterar a probabilidade de que os indivíduos cooperassem entre si considerando não apenas suas interações diretas, mas a reputação de cada um. Mais uma vez, foram selecionadas comunidades de indivíduos cooperativos. É a ideia de que se alguém se comporta de forma generosa, tem aumentada a probabilidade de que receba igualmente generosidade futura. A seleção natural atuaria de forma a selecionar os padrões comportamentais envolvidos na esperança, generosidade e perdão, uma vez que comportar-se dessa forma favoreceria a sobrevivência.

What I find amazing is that these calculations show that despite nature's competitive setting—based on natural selection—the winning strategies of direct and indirect reciprocity must have the following “charitable” attributes: be hopeful, generous, and forgiving. Hopeful here means that if I meet a newcomer then I hope that I can establish the basis of cooperation with him by making an effort to cooperate. Forgiving means that if someone defects, then I will work hard to reestablish a relationship based on cooperation. Generous means that in most of my interactions with other people, I do not adopt a myopic perspective. I do not moan about who is doing better than me and who is getting the bigger share of the pie. Instead, I am content with equal or even slightly smaller shares but enjoy many productive and helpful interactions overall; now many more pies get shared. (Nowak, 2011, s.p.)

Nas simulações descritas anteriormente (para o estudo dos mecanismos cooperativos de reciprocidade direta e indireta), Nowak considerou que os jogadores inseriam-se em populações de distribuição bem variada, nas quais cada indivíduo tinha chances iguais de encontrar-se com os demais. Mas as populações reais têm algum tipo de estrutura, e indivíduos têm mais probabilidade de interagir com algumas pessoas do que com outras. É mais fácil que reencontros ocorram entre moradores de uma mesma área, por exemplo, do que entre indivíduos de nações distintas. Nesse novo arranjo simulado matematicamente, observou-se que células de cooperadores tinham maior chance de prevalecer, mesmo que sitiadas por desertores. Essas redes de reciprocidade seriam, portanto, selecionadas em função de sua organização espacial (Nowak, 2006).

Adicionalmente, existiria a seleção multinível, uma vez que grupos de cooperadores podem ser mais bem sucedidos do que grupos de desertores. Exemplo disso seria a eussocialidade em insetos como formigas ou abelhas, ocorrência que, embora rara, é extremamente vantajosa para essas espécies. No caso da seleção de grupos, esses grupos cooperativos não seriam necessariamente formados devido à disposição geográfica, como na seleção espacial, podendo unir-se por diferentes razões

(um grupo de pesquisadores, por exemplo, pode ser composto por membros de diferentes partes do mundo). Inclusive, grupos com normas sociais significativas favoreceriam a colaboração entre a seleção de grupo e a reciprocidade indireta, o que os permitiria superar outros grupos.

Por fim, um último mecanismo responsável pela evolução da cooperação seria a seleção de parentesco (nepotismo), com a ressalva, destaca Nowak (2006; 2011), de que ela atuaria sempre que houvesse um comportamento condicional baseado no reconhecimento de parentesco. Indivíduos estariam mais propensos a cooperar com seus parentes – filhos, irmãos etc - (cuja semelhança genética e probabilidade de transmissão de tais genes é maior) do que com estranhos em determinadas condições. Nowak cita, como exemplo, que poderia se atirar em um rio para salvar um irmão, mas não o faria por um desconhecido. O ímpeto de ajudar alguém em perigo parece inclusive incondicionado:

For most of us, it can almost feel like a reflex that does not require any conscious decision making: if we see someone in peril, we become anxious and immediately want to help. This instinct can be so strong that a person will sacrifice his own life to save his comrades. We all have this instinct, even if we don't all act on it. Somehow empathy for the group manipulates individuals, overwhelming their sense of self-interest so they act on behalf of the greater good. (Nowak, 2011, s.p.)

Mesmo que a resposta de ajuda não seja de fato emitida, testemunhar alguém em sofrimento costuma gerar algum desconforto emocional. Os mecanismos de cooperação descritos são especialmente interessantes porque por vezes remetem a situações nas quais o comportamento cooperativo pode trazer prejuízo àquele que coopera (como no exemplo mencionado acima, em que o indivíduo que se atira no rio para ajudar alguém coloca a própria vida em risco). Nesses casos, muitas vezes o termo “altruísmo” é usado no lugar de “cooperação” (Wilson, 2015). Quando a atividade colaborativa é

mutuamente benéfica, o sucesso do outro está claramente relacionado ao sucesso de quem coopera: todos precisam desempenhar seu papel para que um resultado vantajoso comum seja alcançado. Mas, seria a partir dessas atividades mutualísticas que teriam surgido as condições para a evolução de motivações altruístas (Tomasello, 2009).

Wilson aponta que o termo altruísmo geralmente se refere a uma ação intencional pelo bem estar de outro que implica ao menos a possibilidade de nenhum benefício ou mesmo de prejuízo àquele que age. Em consonância com o behaviorismo radical, destaca a importância de que ações altruístas sejam compreendidas como produto de seleção:

All psychological mechanisms that result in altruistic actions exist by virtue of a history of selection or drift. They need to be studied in terms of their functional consequences, their phylogenetic history, and their development during the lifetime of the individual. (Wilson, 2015, p.68)

Não seria contraditório pensar que contingências selecionariam comportamentos que produziriam consequências deletérias aos indivíduos? Quais consequências são realmente relevantes ao analisar funcionalmente comportamentos supostamente altruístas? É comum a análise de que comportamentos aparentemente altruístas sejam de fato selecionados por consequências individuais vantajosas (egoístas). Uma pessoa pode ajudar outra justamente porque isso lhe gera boa reputação, o que lhe favoreceria em outras situações (reciprocidade indireta); ou porque ao ajudar cria uma “dívida de gratidão” em relação àquele que foi beneficiado (reciprocidade direta); ou ainda porque acredita que assim “ganhará o reino dos céus”³ ou que é a “coisa certa” a se fazer (controle por regras).

³ Wilson deixa claro que ações motivadas por crenças religiosas seriam, em última análise, egoístas: *“Now I turn my attention to altruism at the level of thoughts and feelings. Are religious believers motivated to help others as an end in itself, knowing that this will often require a personal cost? The answer to this question appears to be no—and it is surprisingly definitive”*. (Wilson, 2015, p. 81-82)

Tendências altruístas são bem evidentes em crianças pequenas, por volta de dois anos de idade (Tomasello, 2009). Entretanto, tais tendências são modeladas pela socialização: crianças com claras predisposições ao comportamento cooperativo vão aprendendo a quem ajudar (ou não) e, adicionalmente, a quem informar sobre essa ajuda de forma a construírem uma boa reputação para si mesmas. Aprendem as normas de seus grupos culturais e passam a reproduzi-las no contato com outros membros – seguindo-as, informando-as ou mesmo punindo comportamentos em não conformidade com as mesmas (Tomasello, 2009). Nesses casos, seria possível dizer que a socialização seleciona atos supostamente altruístas que na verdade não envolveriam preocupação genuína com o bem estar de outros, ou envolveriam essa preocupação de forma secundária, sendo prioritariamente selecionados pelas consequências egoístas. Wilson (2015) alerta que os críticos já consideram que, nesses casos não seriam, portanto, realmente ações altruístas.

Em outros casos, entretanto, o comportamento altruísta ocorre em condições nas quais o agente da ação é reforçado pelas consequências produzidas para o outro. E é essa condição, de ter prazer no prazer no outro ou de aliviar-se com o alívio do outro, que prioritariamente⁴ seleciona o comportamento altruísta desse tipo. Comportamentos altruístas podem ter também consequências pessoais reforçadoras para os indivíduos, e é razoável supor que esses comportamentos derivaram de situações nas quais inicialmente o bem estar do outro foi um efeito colateral: do segundo para o terceiro nível de variação e seleção comportamental, conforme proposto por Skinner (1987).

Esse último tipo de comportamento altruísta também não está imune às críticas de que, em última análise, também seria egoísta, uma vez que aquele que se comporta é

⁴ Prioritariamente, pois o comportamento pode produzir mais de uma consequência, inclusive algumas que colateralmente são reforçadoras ou mesmo punitivas para aquele que se comporta. “*Caring for others in the way we care about ourselves does not interfere with our interests but expands them.*” (Wilson, 2015, p. 83)

também reforçado pelas consequências produzidas pelo altruísmo, ainda que tal reforçamento derive das consequências que agem diretamente sobre o outro. Tomasello (2009) alertava que em um contexto mutualista, o comportamento altruísta poderia produzir benefício para quem se comporta de forma colateral: se um indivíduo mostra a outro, por exemplo, onde encontrar um instrumento que lhe permite terminar um trabalho, é possível que o colaborador também se beneficie do produto de tal trabalho quando concluído. Logo, sentimentos e pensamentos altruístas que aparentemente subjazem essas ações seriam selecionados por essas consequências comuns ao grupo.

Wilson (2015, p.22) oferece a seguinte definição de comportamento egoísta e altruísta como solução a essas controvérsias:

Let's call a behavior *selfish* when it increases relative fitness within groups and *altruistic* when it increases the fitness of the group but places the individual at a relative fitness disadvantage within the group. This definition is based entirely on action and not on thoughts and feelings.

É complexo definir quais motivações seriam genuinamente altruístas ou se pensamentos e sentimentos altruístas resultariam necessariamente em mais ações de ajuda. Wilson (2015) levanta ainda a possibilidade de que mecanismos reputacionais possam funcionar melhor (no sentido de gerarem mais ações de ajuda) do que o altruísmo “voluntário” (controlado por regras), ou a possibilidade de que alguns economistas estejam certos e que mecanismos de mercado, impulsionados por interesses individuais, possam resultar em sociedades que funcionam melhor.

De qualquer forma, contingências de reforçamento selecionadoras de comportamentos em prol do bem do outro ou do grupo são especialmente necessárias quando tais comportamentos produzem colateralmente algum prejuízo pessoal. A

clássica “Tragédia dos Comuns⁵” ilustra que sem a operação de determinadas contingências, recursos compartilhados deixam de existir (Hardin, 1968). Hardin alertava claramente que a solução para o problema não seria tecnológica, mas fundamentada em ética e comportamento. Ostrom (1990), em consonância com a relevância desse ponto, investigou estratégias que diferentes grupos que manejavam adequadamente bens comuns comumente aplicavam. Descobriu oito princípios centrais de delineamento entre esses grupos, que, numa linguagem da análise do comportamento, envolviam contingências de reforçamento as quais agiam simultaneamente e selecionavam ações que poderiam ser classificadas como altruístas. Concomitantemente, é razoável supor que tais contingências também fossem responsáveis por pensamentos e sentimentos altruístas por pelo menos parte dos membros desses grupos, mas Wilson (2015) alerta que o altruísmo no nível de pensamentos e sentimentos só é válido quando leva a ações que concretamente fazem do mundo um lugar melhor.

A importância de que o indivíduo seja capaz de responder a consequências futuras e às consequências de seu comportamento sobre outros foi destacada por Skinner (1971) ao definir justiça como o equilíbrio entre bens pessoais e os bens dos outros, ao discorrer sobre o amor Agápico (Skinner, 1989), e ao defender que a sobrevivência da espécie dependeria de sua habilidade para programar e implementar contingências de terceiro nível de variação e seleção (Skinner, 1987).

⁵ A "tragédia dos comuns" afirma que se um recurso comum finito é disponibilizado livremente e a demanda de sua utilização é irrestrita, esse recurso estaria condenado à superexploração. Um exemplo comum é o de uma pastagem compartilhada entre rebanhos de uma mesma comunidade. Se todos os pastores quiserem individualmente maximizar seus ganhos, aumentarão sempre que puderem o tamanho de seu rebanho, ainda que isso contribua para o esgotamento do recurso comum (a pastagem). Do ponto de vista individual, é sempre mais vantajoso ter um rebanho maior que seus pares, uma vez que os ganhos extras são exclusivos, mas o prejuízo (degradação do bem comum) é compartilhado. Entretanto, se todos os pastores chegarem racionalmente à mesma conclusão individualista, estão todos condenados ao fracasso ou à “Tragédia dos Comuns”.

Abib (2001, 2007, 2010) também destaca a importância ética da sensibilidade a consequências que não estejam presentemente atuando sobre o indivíduo e que a educação para a sensibilidade é fundamental para a sobrevivência de indivíduos, grupos sociais, culturas e o próprio planeta. A evolução, segundo ele, legou à espécie humana uma sensibilidade (de valor inegável) a eventos presentes e imediatos. Tal sensibilidade refere-se a *sensing* e envolveria sensação e percepção, e também a suscetibilidade a experiências afetivas e emotivas, tal como descreve Skinner (1987) em “What is Wrong with Daily Life in the Western World?” quando diferencia os efeitos fortalecedores dos efeitos prazerosos do reforçamento. Os efeitos fortalecedores seriam aqueles que aumentariam a probabilidade da resposta em ocasiões semelhantes futuras. Já os efeitos prazerosos referem-se justamente às experiências afetivas e emotivas que imediatamente se seguem à emissão da resposta.

O comportamento pode ser fortalecido ou selecionado por consequências naturais ou reforçadoras. Mas as razões são diferentes. As consequências naturais fortalecem o comportamento porque têm valor de sobrevivência. As consequências reforçadoras fortalecem o comportamento porque são fonte de prazer e de eliminação de desprazer, dor e sofrimento. (Abib, 2010, p.287)

As consequências naturais e reforçadoras fortaleceriam comportamentos por razões diferentes. As primeiras teriam valor de sobrevivência, enquanto que as segundas teriam um valor que Abib (2010, p.290) chama de “hedônico”. Entretanto, tanto as consequências naturais quanto as reforçadoras só fortaleceriam o comportamento devido à sensibilidade imediata. Ocorre que, conforme Skinner (1987) e Abib (2001, 2007, 2010) alertavam, o sucesso de projetos culturais fundamentais para sobrevivência da espécie humana (e de tantas outras espécies, por consequência) dependeria de uma sensibilidade a consequências remotas, isto é, as quais não estariam presentemente

operando sobre os indivíduos. Essa sensibilidade precisaria ser objeto direto de um projeto de educação da sensibilidade (Abib, 2010).

O termo remoto refere-se ao distanciamento tanto no tempo quanto no espaço. É possível entender, portanto, que as consequências envolvidas na sensibilidade seriam não somente atrasadas em relação ao comportamento do indivíduo, mas também aquelas presentemente operando sobre outros indivíduos. Essa interpretação condiz com a definição que Guilhardi (2012) apresenta do “comportamento sensível ao outro”. Guilhardi afirma que quando um indivíduo se comporta de forma sensível ao outro, seu comportamento é selecionado prioritariamente pelas consequências que produz sobre o outro, uma vez que o bem-estar do outro teria função reforçadora para o indivíduo que se comporta, assim como o mal-estar sentido pelo outro teria função aversiva. Não são os ganhos ou perdas diretos para o indivíduo que manteriam tal comportamento – embora o comportamento sensível possa colateralmente produzir ganhos e perdas pessoais (um indivíduo pode, por exemplo, ser socialmente valorizado por ser genuinamente sensível ou, em contrapartida, a sensibilidade ao outro pode implicar em sacrifícios próprios).

Definições dos termos empatia e simpatia, na literatura, divergem sobre quais seriam os seus componentes cognitivos, emocionais ou mesmo sobre a ocorrência de respostas de ajuda. Ao definir a classe comportamental de sensibilidade ao outro, Guilhardi descreve que a mesma incluiria respostas operantes e respondentes. Envolveria ser capaz de identificar e descrever, ao menos parcialmente, o que está acontecendo com o outro ou o que esse outro estaria sentindo em determinado contexto (“Compreendo que ele sofreu uma perda terrível”. “Ele deve estar sentindo-se muito triste agora”) e responder emocionalmente àquilo que estaria operando sobre o outro de maneira semelhante a que responderia caso estivesse exposto às mesmas contingências

(isto é: sentir-se mal quando o outro sofre algum mal, sentir-se bem quando o outro está bem). O comportamento sensível também pode envolver o imaginar-se no lugar do outro (“Quando soube o que aconteceu com ele, pensei imediatamente como seria se algo assim ocorresse comigo”).

Finalmente, a sensibilidade ao outro implicaria também em responder de forma a: produzir mudanças que promovam o bem do outro (seria, por exemplo, comportar-se para reverter concretamente a perda sofrida por um terceiro ou a fim de minimizar a dor dessa perda), ou a manter a contingência em operação, nos casos em que o bem do outro já foi alcançado (promover a manutenção, por exemplo, de ações que produzem a felicidade do outro). Na prática clínica, esse último componente é especialmente valorizado, pois na maior parte das vezes é essencial que o cliente seja capaz não apenas de compreender ou sentir o que o outro sente, mas também de se comportar efetivamente em função de alterar ou manter as contingências operando sobre o outro.

Em consonância com tais preocupações, analistas do comportamento e psicoterapeutas comportamentais têm consistentemente buscado procedimentos mais efetivos para o desenvolvimento ou a ampliação do repertório de sensibilidade ao outro de seus clientes (McHugh, Barnes-Holmes & Barnes-Holmes, 2004). Entretanto, tal tarefa não tem sido fácil. As psicoterapias comportamentais (especialmente com clientes adultos) têm clara ênfase em intervenções operantes de natureza verbal (Guedes, 1993; Zamignani & Meyer, 2007). Na prática clínica, o que muitas vezes se observa é que o cliente passa a ser capaz de **descrever** o que o outro está sentindo e como ele próprio poderia se comportar para amenizar esse sentimento (caso o outro esteja em sofrimento) ou promover esse sentimento (quando o outro está experienciando sentimentos ditos agradáveis ou desejáveis). Mas tal descrição muitas vezes não antecede uma resposta concreta na direção do outro, uma vez que, como demonstra uma ampla linha de

pesquisa nessa área (Perez, 2017; Wechsler & Amaral, 2009), existem muitas variáveis envolvidas na relação dizer-fazer. Uma possibilidade (cl clinicamente indesejada) é a de que o cliente modifique seu comportamento descritivo em relação ao que ocorre com o outro, mas isso não necessariamente acompanhe um aumento de outras respostas habitualmente associadas ao comportamento sensível ao outro (como respostas de ajuda, por exemplo). É preciso que ocorram mudanças além do discurso.

Referências

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14, 107-117. doi: 10.1590/S0102-79722001000100009
- Abib, J. A. D. (2007). *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. ESETec.
- Abib, José Antônio Damásio. (2010). Sensibilidade, felicidade e cultura. *Temas em Psicologia*, 18(2), 283-293. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?lng=pt&nrm=iso&pid=S1413-389X2010000200004&script=sci_arttext Acessado em: março/2025.
- Darwin, C. R. (1871). *The descent of man, and selection in relation to sex*. John Murray. 1st edition.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 113–126. doi: 10.1037/0022-3514.44.1.113
- Ekman, P. (2010) Darwin's Compassionate View of Human Nature. *JAMA*, 303, 557-558. doi: 10.1001/jama.2010.101

Guilhardi, H. J. (2012) *Os seis sentidos de “The lady and the unicorn”*. Disponível em: <http://www.itrcampinas.com.br/txt/seissentidos.pdf> Acessado em: agosto/2018.

Harari, Y. N. (2016) *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Companhia das Letras.

Hardin, G. (1968) The Tragedy of the Commons. *Science*, 162, 1243-1248. doi: 10.1126/science.162.3859.1243.

Hayes, S. C. & Long, D. M. (2013). Contextual behavioral science, evolution, and scientific epistemology. Em: S. Dymond & B. Roche (Eds.), *Advances in relational frame theory: Research and application* (5 – 26). Context Press.

Hayes, S. C. & Sanford, B. (2014). Cooperation came first: Evolution and human cognition. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 101, 112-129. doi: 10.1002/jeab.64

Hayes, S. C. & Sanford, B. (2015). Modern psychotherapy as a multidimensional multilevel evolutionary process. *Current Opinion in Psychology*. 2. 16-20. doi: 10.1016/j.copsyc.2015.01.009

Nowak, M. A. (2006). Five rules for the evolution of cooperation. *Science*, 5905, 1560–1563. doi: 10.1126/science.1133755

Nowak, M. A. (2011). *Super cooperators: Altruism, evolution, and why we need each other to succeed*. Free Press.

Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press

Perez, W. F. (2017). Explicações comportamentais da correspondência dizer-fazer. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(1). doi: [10.18542/rebac.v13i1.5260](https://doi.org/10.18542/rebac.v13i1.5260)

Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. McMillan.

Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501–504.

Skinner, B. F. (1987). *Upon Further Reflection*. Prentice Hall.

Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Merrill Publishing Company.

Tomasello, Michael (2009): *Why We Cooperate*. Boston Review.

Valdivia–Salas, S., Luciano, C., Gutiérrez, O., & Visdómine, C. (2009). Establishing empathy. In R. Rehfeldt & Y. Barnes-Holmes (Eds.), *Derived relational responding applications for learners with autism and other developmental disabilities: A progressive guide to change* (1st ed., pp. 301–312). New Harbinger.

Vilardaga, R. (2009). A relational frame theory account of empathy. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 5, 178–184. doi: [10.1037/h0100879](https://doi.org/10.1037/h0100879)

Wilson, D.S. (2015). *Does altruism exist? Culture, genes and the welfare of others*. Yale University Press.

CAPÍTULO 2 – O PAPEL DE ESTÍMULOS VERBAIS ELICIADORES NO DESENVOLVIMENTO DA SENSIBILIDADE AO OUTRO NA PSICOTERAPIA⁶

O comportar-se em função de promover o bem do outro tem sido designado por vários termos: altruísmo, empatia, compaixão, simpatia, cooperação, generosidade etc. A importância de que o indivíduo seja sensível a consequências futuras e às consequências de seu comportamento sobre outros foi destacada por Skinner. Skinner (1971) definiu “justiça” como o equilíbrio entre bens pessoais e os bens dos outros; também Skinner (1987) defendeu que a sobrevivência da espécie dependeria da programação e implementação de contingências de terceiro nível de variação e seleção (contingências as quais selecionam comportamentos – práticas culturais - por seu valor de sobrevivência para o grupo). Skinner, em 1989, discorreu também sobre o amor Agápico, descrevendo que nesse tipo de amor não é o comportamento daquele que se comporta que é diretamente reforçado, mas o comportamento daquele que é amado. Abib (2001, 2007, 2010) também destaca a importância ética da sensibilidade a consequências que não estejam presentemente atuando sobre o indivíduo e que a educação para sensibilidade é fundamental para a sobrevivência de indivíduos, grupos sociais, culturas e o próprio planeta.

Diz-se que um indivíduo apresenta “comportamento sensível ao outro” (Guilhardi, 2012) quando seu comportamento é selecionado prioritariamente pelas consequências que produz sobre o outro, uma vez que o bem-estar do outro teria função reforçadora para o indivíduo que se comporta, assim como o mal-estar sentido pelo outro teria função aversiva. Não são os ganhos ou perdas diretos para o indivíduo que manteriam tal comportamento – embora o comportamento sensível possa colateralmente

⁶ Gomes, R. C., & de Rose, J. C. (2024). O papel de estímulos verbais eliciadores no desenvolvimento da sensibilidade ao outro na psicoterapia. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 15(1), 060–072. <https://doi.org/10.18761/apuj1038>

produzir ganhos e perdas pessoais (um indivíduo pode, por exemplo, ser socialmente valorizado por ser genuinamente sensível ou, em contrapartida, a sensibilidade ao outro pode implicar em sacrifícios próprios).

A classe comportamental de sensibilidade ao outro, defende Guilhardi (2012), incluiria respostas operantes e respondentes, e envolveria, portanto, ser capaz de identificar e descrever, ao menos parcialmente, o que está acontecendo com o outro ou o que esse outro estaria sentindo em determinado contexto (“Compreendo que ele sofreu uma perda terrível”. “Ele deve estar sentindo-se muito triste agora”) e responder emocionalmente àquilo que estaria operando sobre o outro de maneira semelhante à que responderia caso estivesse exposto às mesmas contingências (isto é: sentir-se mal quando o outro sofre algum mal, sentir-se bem quando o outro está bem). O comportamento sensível também pode envolver o imaginar-se no lugar do outro (“Quando soube o que aconteceu com ele, pensei imediatamente como seria se algo assim ocorresse comigo”).

Finalmente, a sensibilidade ao outro implicaria também em responder de forma a produzir mudanças que promovam o bem do outro (seria, por exemplo, comportar-se para reverter concretamente a perda sofrida por um terceiro ou a fim de minimizar a dor dessa perda), ou a manter a contingência em operação, nos casos em que o bem do outro já foi alcançado (promover a manutenção, por exemplo, de ações que produzem a felicidade do outro). Na prática clínica, esse último componente é especialmente valorizado, pois na maior parte das vezes é essencial que o cliente seja capaz não apenas de compreender ou sentir o que o outro sente, mas também de se comportar efetivamente em função de alterar ou manter as contingências de reforçamento operando sobre o outro.

Em consonância com tais preocupações, analistas do comportamento e psicoterapeutas comportamentais têm consistentemente buscado procedimentos mais efetivos para o desenvolvimento ou a ampliação de tal repertório (McHugh, Barnes-Holmes & Barnes-Holmes, 2004; McHugh, Barnes-Holmes, O’Hora, et al., 2004; Valdivia–Salas et al., 2009; Vilardaga, 2009; Vilardaga et al., 2012). Entretanto, tal tarefa não tem sido fácil. As psicoterapias comportamentais (especialmente com clientes adultos) têm clara ênfase em intervenções operantes de natureza verbal (Dougher, 2021; Guedes, 1993; Zamignani & Meyer, 2007). Na prática clínica, o que muitas vezes se observa é que o cliente passa a ser capaz de **descrever** o que o outro está sentindo e como ele próprio poderia se comportar para amenizar esse sentimento (caso o outro esteja em sofrimento) ou promover esse sentimento (quando o outro está experienciando sentimentos ditos agradáveis ou desejáveis). Mas tal descrição muitas vezes não antecede uma resposta aberta na direção do outro: como demonstra uma ampla linha de pesquisa nessa área (Perez, 2017; Wechsler & Amaral, 2009), existem muitas variáveis envolvidas na relação entre o comportamento verbal e o não verbal, ou de modo mais geral, entre o dizer e o fazer. Uma possibilidade (cl clinicamente indesejada) é a de que o cliente modifique seu comportamento descritivo em relação ao que ocorre com o outro, mas isso não necessariamente acompanhe um aumento de respostas de ajuda. É preciso que ocorram mudanças além do discurso.

Dougher (2021) destaca que embora Sidman não fosse um psicoterapeuta e nem estivesse diretamente envolvido com pesquisas clínicas, suas contribuições para a prática clínica em análise do comportamento foram profundas: a teoria Skinneriana do comportamento verbal, ainda que elegante, não explicaria facilmente fenômenos clínicos por meio dos operantes verbais por ela descritos. Uma lacuna importante seria a compreensão de como eventos verbais, na aparente ausência de treino direto, adquirem

funções dos eventos não-verbais a que se referem. Outra lacuna, destacada por Harte et al. (2020), refere-se ao controle por regras: ao dizer que uma regra “especifica” uma contingência de reforçamento em operação, o que significa “especificar”? O trabalho pioneiro de Sidman (Sidman, 1994, 2000; Sidman & Tailby, 1982), com equivalência de estímulos expandiu as práticas psicoterapêuticas em Análise do Comportamento, demonstrando como eventos verbais poderiam ter suas funções transferidas ou transformadas sem treino direto. Houve um avanço significativo sobre a compreensão do comportamento simbólico: um símbolo passou a ser definido como um estímulo ao qual é possível responder de forma equivalente àquele que simboliza, uma vez que ambos participam de uma relação de *equivalência*. Sidman esclareceu que regras “especificavam” contingências na medida em que compartilham funções com os estímulos não verbais aos quais se referem (Dougher, 2021, p.40).

A palavra “triste”, por exemplo, em geral tem uma relação funcional de natureza simbólica com a imagem de um rosto humano expressando tristeza, mesmo que a palavra dita e a imagem sejam estímulos fisicamente bastante distintos. Essa relação funcional pode ser chamada de relação de equivalência (de Rose & Bortoloti, 2007; Hubner, 2001) ou relação de coordenação (Blackledge, 2003; Perez et. al., 2013), na nomenclatura da Teoria das Molduras Relacionais (RFT).

As funções de estímulos podem ser transferidas ou transformadas e há distinção na literatura entre os termos (Dougher et al, 2007). O termo transferência de função é usado quando a aquisição de uma função não treinada é baseada em equivalência de estímulos (ou relações de coordenação), e a função não treinada e a treinada são as mesmas. Se, por exemplo, A é um estímulo discriminativo e A e B são equivalentes, B também terá função discriminativa similar. Transformação de função é usado quando a

aquisição de uma função não treinada é baseada em outras relações que não de equivalência ou coordenação, e a função não treinada e a treinada são distintas. Se, por exemplo, a relação entre estímulos é de oposição, uma vez que A tenha função discriminativa (S+), controlando a emissão de uma dada resposta, B teria uma função discriminativa negativa (S-), de modo que a resposta não ocorreria ou seria menos provável em sua presença.

A transferência de funções entre os elementos de classes de estímulos equivalentes é um fenômeno bem documentado (Dougher et al, 1994; Mizael, de Almeida, Silveira & de Rose, 2016) e fundamental para compreensão do comportamento simbólico (de Rose, 2016; Perez et al, 2013). Estudos vêm reportando consistentemente que há transferência de função entre os estímulos envolvidos em classes de equivalência, e que essa transferência ocorreria para virtualmente qualquer função de estímulo (Dougher et al, 2007).

A Relational Frame Theory (RFT), foi desenvolvida por Steven Hayes e colaboradores no final da década de 1990, e apresentada de modo sistemático no livro de Hayes et al. (2001; ver também Perez et al., 2022). A RFT foca em duas áreas nas quais o comportamento de humanos e não humanos se distinguiriam: regras e relações derivadas entre estímulos.

Por meio do treino de múltiplos exemplares, pessoas podem aprender a discriminar quais são as relações relevantes entre estímulos, bem como as dimensões formais ao longo das quais essa relação é relevante, isto é, podem aprender, de forma operante, a derivar relações de estímulos. A RFT enfatiza: relacionar é comportamento operante aprendido (Hayes et. al, 2001c; Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001d). O treino de múltiplos exemplares consiste em expor um organismo a exemplares de forma

que uma dica contextual permite a discriminação dos elementos relevantes e irrelevantes da topografia desses exemplares a serem relacionados (Hayes et. al, 2001c; Stewart & Roche, 2013). Uma criança, por exemplo, é exposta a diferentes estímulos (um pastor alemão, um chiuaua, um cachorro de pelúcia, uma foto de um beagle, uma imagem do Snoopy etc) e diante da dica contextual “cachorro” é capaz de relacionar a todos como pertencentes a um mesmo grupo respondendo a determinados elementos desses estímulos (ter quatro patas, um focinho e etc) e não a outros (tamanho, cor etc). Além disso, o treino de múltiplos exemplares garante que a criança também é capaz de excluir corretamente do grupo os estímulos que, embora compartilhem algumas características com os cães (ter quatro patas, um focinho e etc), não são cães, tais como gatos, coelhos, ursos etc.

Derivar relações entre estímulos não só é um comportamento operante aprendido, mas um operante generalizado (tal como o comportamento de imitar), que afeta a aprendizagem de outros comportamentos (Hayes et. al, 2001a). Perez et al (2013) enfatizam que, tais como outros operantes, as respostas relacionais também são emitidas sob controle de estímulos, ou, como denomina a RFT, são contextualmente controladas. E esse controle contextual, que pode ser arbitrariamente aplicado, evoca diferentes tipos de responder relacional. Os teóricos da RFT propõem chamar esse operante sob controle contextual de Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA). Quando uma dica contextual estabelece o RRAA numa dada situação, eventos específicos se tornam parte de *molduras relacionais*. Se, por exemplo, o psicoterapeuta diz “perceba como a situação sofrida por João se assemelha a sua”, a dica contextual “se assemelha” evocaria respostas relacionais por parte do cliente que incluiriam eventos da situação vivida por João e da situação vivida pelo próprio cliente numa moldura relacional de semelhança ou coordenação.

É por meio do RRAA que a RFT explica a relação entre a linguagem e a equivalência de estímulos: o fenômeno da equivalência é o responder a mais de dois estímulos de acordo com padrões de semelhança contextualmente controlados (Stewart, Barnes-Holmes, Roche & Smeets, 2002; Stewart & Roche, 2013). Da perspectiva da RFT, regras e instruções envolvem uma rede relacional em que há equivalência entre as palavras na regra e os eventos a que se referem, e as sequências de palavras implicam relações temporais específicas (Harte et al., 2020). Os teóricos da RFT (Blackledge, 2003; Hayes et al., 2001a; Perez et al., 2013) não usam o termo “equivalência”, mas “coordenação” para se referirem a esse tipo de relação entre estímulos (embora haja diferenças sutis entre esses conceitos, serão aqui tratados como sinônimos). O ponto crítico é que relações de equivalência são tratadas na RFT como uma possível classe de comportamento operante, um caso particular entre outros tipos de molduras relacionais possíveis, tais como molduras relacionais de diferença, comparação, oposição, hierarquia etc.

De Rose menciona que os conceitos das teorias da equivalência de estímulos e das molduras relacionais, e outros delas derivados (como, por exemplo, o responder relacional arbitrariamente aplicado e a transferência e transformação de funções de estímulos), “parecem fundamentais para uma análise comportamental da cultura” (2016, p.205). Graças ao trabalho desenvolvido nessa área (Barnes, 1994; Hayes et al., 2001a; Sidman, 1994, 2000; Sidman & Tailby, 1982), existe hoje uma compreensão mais ampla sobre o comportamento simbólico e os parâmetros envolvidos nas contingências de reforçamento que o produzem.

Na prática clínica, muitas vezes o psicoterapeuta busca, a partir de diferentes intervenções verbais, incluir novos estímulos em conjuntos de estímulos nos quais já foram estabelecidas relações de equivalência entre seus membros. Se, por exemplo, já é pré-existente essa relação de equivalência entre a palavra “triste” e a imagem do rosto

entristecido, o psicoterapeuta poderia tentar relacionar tais estímulos à palavra “João” (e outras palavras que, a partir de aprendizagem prévia, estariam relacionadas a João e ao contexto no qual João está inserido), caso avaliasse que João está triste e que é relevante que o seu cliente responda a isso. Tal abordagem parece de fato ser eficaz para que os estímulos verbais relacionados a João, que foram destacados em sessão, adquiram a função simbólica de “tristeza” (Vilardaga, 2009). O cliente passaria a ser capaz de descrever João como “triste”. Mas esse tipo de intervenção não garantiria que o cliente iria sentir, em algum nível, respostas emocionais de tristeza ou comportar-se para a minimizar a tristeza de João.

Os processos operantes subjacentes às molduras relacionais são a forma de RFT explicar o comportamento simbólico. O emoldurar relacional envolvido na capacidade de responder de forma empática ou na tomada de perspectiva parece ser de especial interesse para a compreensão e o desenvolvimento da sensibilidade ao outro (Barnes-Holmes et al., 2013; Kavanagh et al., 2019). Considere, por exemplo, o caso em que o psicoterapeuta diz “perceba como a situação sofrida por João se assemelha à sua”. Neste caso, a expressão “se assemelha” funciona como uma "dica contextual" que evocaria respostas relacionais por parte do cliente que incluiriam eventos da situação vivida por João e da situação vivida pelo próprio cliente numa relação de equivalência.

Seria um processo semelhante ao que Stewart et al. (2001, 2002) descrevem ao definir o que ocorre numa analogia. A analogia envolve o falante colocar duas redes de relações treinadas ou derivadas em uma relação de equivalência: é o relacionar relações. No exemplo mencionado, existiria uma relação pré-existente entre alguns estímulos verbais que descrevem um episódio triste vivido pelo próprio cliente (rede relacional A). O psicoterapeuta apresenta uma nova descrição verbal, de um episódio triste vivido por João (rede relacional B), descrição a qual também envolve relações funcionais entre

esses estímulos verbais. O psicoterapeuta então apresenta dicas contextuais que favoreceriam o estabelecimento de uma relação de equivalência entre as redes relacionais A e B, na expectativa de que algumas respostas emocionais vividas pelo cliente e eliciadas pelos estímulos componentes de A sejam transferidas para B.

Ao passar a responder à função simbólica dos estímulos e seus efeitos sobre o outro ou na perspectiva do outro, os indivíduos passariam a responder a outro nível de contingências de reforçamento, que os colocaria sob controle de consequências remotas ou atrasadas a que de outra forma não responderiam, como, por exemplo, a importância do bem estar dos demais membros de uma comunidade para o fortalecimento de todo grupo (Baum, 2000; Valdivia-Salas et al., 2009).

Skinner (1987) e Abib (2001, 2007, 2010) alertavam que o sucesso de projetos culturais fundamentais para sobrevivência da espécie humana (e de tantas outras espécies, por consequência) dependeria de uma sensibilidade a consequências remotas, isto é, que não estariam presentemente operando sobre os indivíduos. Essa sensibilidade precisaria ser objeto direto de um projeto de educação da sensibilidade (Abib, 2010, p. 289) e a psicoterapia, como agência de controle, poderia abraçar tal projeto.

A maior parte das práticas psicoterápicas comportamentais são verbais e, muitas vezes, instrucionais (Dougher, 2021). Portanto, para avaliar as estratégias correntemente empregadas em psicoterapia para promover esses repertórios comportamentais desejados, parece importante compreender o controle por regras.

O comportamento de seguir regras é uma das diferenças fundamentais entre humanos verbais e organismos não verbais (Stewart & Roche, 2013). É um tipo de comportamento verbalmente governado, isto é, funcionalmente sob controle de estímulos verbais (Harte et al., 2020). Como outros comportamentos operantes, é

selecionado por suas consequências: pessoas seguem regras porque seu comportamento anterior em resposta a esses estímulos verbais foi reforçado.

A identificação de regras e instruções comumente tem sido feita topograficamente ou por exemplos cotidianos. Barnes-Holmes et. al (2001, p.104) apontam que “Pressione rápido” é usualmente reconhecido como um exemplo de regra, meramente porque é uma instrução (mesmo que nenhum outro componente da contingência seja incluído ou especificado na instrução), mas indagam: no que diferiria esse antecedente de qualquer outro estímulo discriminativo? Adicionalmente, argumentam que estudos indicam que, embora funcionalmente distintos, comportamentos governados por regras podem ser topograficamente idênticos aos modelados pelas contingências. Concluem que são necessárias uma compreensão técnica e uma definição do governo por regras para que seja possível distinguir o comportamento governado por regras do modelado por contingências. Estes autores propõem que a solução estaria nas molduras relacionais:

In our approach, for any behavioral event to be classified as verbal, it must show the contextually controlled qualities of mutual entailment, combinatorial mutual entailment, and transformation of stimulus functions. From this point of view, words and other events (e.g., tone of voice, facial expressions) are functioning as verbal stimuli when they have their functions because of those qualities, that is, because they participate in relational frames. (Barnes-Holmes et. al, 2001, p.105)

As regras, portanto, seriam estímulos discriminativos diferenciados porque adquiriram suas funções por meio do responder relacional derivado. Mas, a depender do tipo de moldura relacional envolvido no controle contextual dessas regras, o comportamento por elas governado é classificado como *pliance*, *tracking* ou *augmenting* (o presente texto não tratará do conceito de *augmenting* em específico).

Pliance seria o comportamento governado por regras sob controle de uma história de reforçamento socialmente mediado para a coordenação entre comportamento e estímulo antecedente verbal (o comportamento corresponde à regra e a comunidade verbal detecta isso). Por exemplo, quando uma mãe diz “pegue o guarda-chuva” e o filho pega o guarda-chuva sob controle da correspondência, reforçada pela mãe, entre a regra e o comportamento dele, esse seria um exemplo de *pliance*. No *tracking*, por sua vez, o comportamento governado por regras está sob controle de uma história de coordenação entre a regra e a forma como o ambiente se organiza, independentemente da apresentação da regra. Usando o mesmo exemplo, nesse caso, o filho pegaria o guarda-chuva porque o antecedente verbal provido pela mãe o faz atentar para o tempo chuvoso que, independentemente da regra apresentada, sinaliza a importância de levar um guarda-chuva.

A habilidade de responder relacionalmente a eventos em molduras do tipo se-então permite que pessoas possam compreender e comportar-se de acordo com a descrição de situações nunca antes experienciadas por elas. Um médico pode solicitar que um paciente “reduza o consumo de carne vermelha, pois causa câncer” e o paciente pode seguir essa instrução mesmo sem nunca ter sentido qualquer tipo de sintoma. Da mesma forma, psicoterapeutas podem descrever para os clientes contingências de reforçamento operando sobre pessoas significativas com as quais esses clientes convivem, e os clientes podem compreender e comportar-se de acordo com tais descrições ainda que não tenham eles próprios vivenciado nada semelhante.

Entretanto, há diversas variáveis que interferem no controle por regras, diminuindo a probabilidade de que sejam seguidas, tais como: falta de repertório comportamental para seguir a regra ou de confiança na própria capacidade de seguir a regra; a credibilidade de quem transmite a regra; o controle que o emissor da regra tem

sobre o acesso ao reforçador ou punidor envolvidos, etc. (Barnes-Holmes et. al, 2001). Por isso, a apresentação de regras está longe de garantir seu seguimento, de modo que reconhecer isso é fundamental para o desenvolvimento de estratégias psicoterapêuticas eficazes.

Outra possibilidade é a de que regras não sejam seguidas porque o indivíduo ainda não aprendeu a responder às contingências de reforçamento envolvidas no “bem maior”:

It might also be the case that Emma fails to respond appropriately to Tom because she has not learned to care. In other words, she has not yet learned to engage in actions simply for the “greater good” (in other words, those controlled by long-term or symbolic contingencies). For RFT, this involves a transition in rule governance from *pliance* (when Emma offers help only because of a history of being told to do so, in order to get approval from others or avoid punishment) to *tracking* based on short-term and direct contingencies (when Emma offers help because of a history of being subsequently rewarded for the direct consequences of the actions). (Valdivia-Salas et al., 2009, p.309)

O que Valdivia-Salas e colaboradores parecem sugerir é que ao passar a responder à função simbólica dos estímulos, os indivíduos passariam a responder a outro nível de contingências (menos imediatas, mas ainda assim “arranjadas” pelo ambiente), o que parece convergir com o que Abib (2010) descreve acerca da educação para sensibilidade. As contingências envolvidas nesse tipo de *tracking* colocariam aqueles que seguem a regra sob controle de consequências remotas ou atrasadas a que de outra forma não responderiam, como, por exemplo, a importância do bem estar dos demais membros de uma comunidade para o fortalecimento de todo grupo.

A transição do responder em função de como a comunidade verbal diretamente consequencia o seguimento de regras (*pliance*) para esse responder simbólico em função de contingências não-verbais operando (*tracking*) parece fundamental para que

os clientes em psicoterapia, por exemplo, não apenas se comportem para ajudar o outro porque o terapeuta assim instruiu, ou não se limitem a compreender o sofrimento do outro, mas sejam igualmente capazes de comportar-se de forma genuinamente sensível ao outro: isto é, que o sofrimento e a felicidade do outro adquiram simbolicamente, por meio de responder relacional derivado, função aversiva ou positivamente reforçadora para aquele que se comporta.

O comportamento sensível ao outro pode ser fortalecido como uma prática cultural. De Rose (2016, p. 204) argumenta que “compreender práticas culturais exclusivamente como operantes é muito restrito” e aponta a importância de que se reconheça o fundamental papel que componentes respondentes têm em tais práticas. Aparentemente, na contramão do que propõe de Rose, os psicoterapeutas comportamentais estariam inadvertidamente negligenciando componentes respondentes em sua prática clínica ao priorizarem intervenções verbais que potencializam o controle instrucional.

Donahoe & Palmer (1994) descrevem uma *classe de estímulos* como aquela que, graças à similaridade física ou funcional entre seus membros, controla um conjunto comum de respostas. Uma maçã, a foto de um abacaxi, uma fatia de limão e a palavra “morango” podem ser estímulos pertencentes a uma mesma classe, controlando, por exemplo, respostas de dizer “frutas” ou de agrupar esses estímulos.

A RFT propõe que o conceito de *relações entre estímulos* deveria se sobrepor ao de classes, uma vez que múltiplas relações entre estímulos seriam adquiridas, modificadas e colocadas sob diversas formas de controle contextual. Uma maçã, a foto de um abacaxi, uma fatia de limão e a palavra “morango” são relacionados como estímulos equivalentes diante de uma dica contextual do tipo “grupo alimentar”, mas se

a dica contextual muda, as relações também variam. Se o controle contextual agora envolve o estímulo verbal “vermelho”, nem todos esses estímulos serão equivalentes.

Da mesma forma que as relações se alteram, funções de estímulo podem ser alteradas (Barnes-Holmes et al., 2001; Perez et al., 2013). São as dicas contextuais que estabelecem as condições sob as quais o responder relacional ocorre e quais funções podem ser transformadas (ou transferidas). Se um estímulo participante de uma moldura relacional tem uma função (discriminativa, reforçadora condicionada, eliciadora, etc.), os demais estímulos dessa rede podem ter suas funções modificadas de acordo com a relação derivada subjacente, sem necessidade de que haja em treino direto, operante ou respondente (Hayes et al., 2001a; de Rose, 2016).

Quando alguém fala das emoções de outro, a transferência de funções permite que um indivíduo sinta algum desconforto diante do que ocorreu com outro. Esse componente eliciador presente na moldura modificaria a contingência de reforçamento em operação, garantindo que aquele que se comporta de forma sensível entre em contato com consequências reforçadoras naturais e imediatas ao ajudar (a redução do próprio desconforto) e não somente produza consequências como aprovação social ou o fortalecimento do grupo (Valdivia-Salas et al., 2009, p. 305). O ponto central aqui é que o psicoterapeuta deve buscar deliberadamente favorecer essa transferência de funções, apresentando intervenções verbais que potencializem o estabelecimento de relações de equivalência ou coordenação entre as descrições de episódios emocionais vividos pelo próprio cliente e as descrições daqueles vivenciados pelo outro.

Em geral, o psicoterapeuta descreve para o cliente o que o outro possivelmente está vivendo, os sentimentos correlatos, e orienta a respeito de como o cliente pode atuar para ajudar. Entretanto, quando o psicoterapeuta é hábil em eliciar responder emocional, por meio do estabelecimento de relações de equivalência ou coordenação

entre o que ocorre com o outro e o que já ocorreu semelhantemente com o cliente, o sofrimento do outro passaria a produzir sofrimento do cliente. Não se trata mais de compreensão racional (“Entendo que João está sofrendo.”), mas de experienciar a vivência do outro como aversiva (“O sofrimento de João me traz sofrimento.”). O referente seria a experiência do cliente e o símbolo a experiência do outro. Nesse caso, comportar-se para ajudar o outro deixa de estar apenas sob controle verbal (“Entendo que João está sofrendo e devo ajudá-lo.”), uma vez que reduzir o sofrimento do outro passa a equivaler a reduzir o próprio sofrimento. Emitir a resposta de ajuda passaria a ter função de fuga-esquiva da dor de ver o outro sofrer, condição que potencialmente aumentaria a probabilidade da emissão de tal resposta. Nesse caso, se bem sucedido, o psicoterapeuta aumentaria a probabilidade de que as respostas às suas intervenções verbais, por parte do cliente, teriam um caráter mais de *tracking* do que de *pliance*. Isto é, o cliente atenderia à regra não prioritariamente pela forma como seria consequenciado pelo psicoterapeuta pela aquiescência à regra, mas sim porque comportar-se de acordo com a regra naturalmente produz consequências reforçadoras. Em vista da potencial contribuição da aplicação dessa análise conceitual à prática clínica, esse seria um campo de pesquisa a ser empiricamente explorado.

Dougher Et al. (1994) deram um passo nessa direção ao demonstrar que as funções transferíveis incluiriam eliciação e extinção respondentes, ampliando a compreensão a respeito da interação entre reações emocionais e comportamento verbal. Os autores estabeleceram relações de equivalência entre quatro figuras abstratas e então uma delas foi emparelhada com choque e passou a eliciar uma resposta eletrodermal, de aumento da condutância da pele, indicadora de uma resposta que podemos chamar de "medo". As figuras não emparelhadas diretamente com choque, mas equivalentes à figura que foi emparelhada, passaram também a eliciar um aumento de condutância da

pele. Dougher et al. (2007), ampliaram estes resultados estabelecendo molduras relacionais diferentes da equivalência (i.e., menor e maior). Procedimentos de *matching to sample* foram usados com estudantes universitários para estabelecer relações arbitrárias entre 3 estímulos abstratos: A, B e C. Na presença de tais estímulos, os participantes foram treinados a escolher o menor, médio e o maior estímulo de comparação, respectivamente. Então B foi pareado com um choque médio e a variável dependente era uma medida de condutância da pele. Os participantes mostraram menos condutância diante de A e mais condutância diante de C.

Esse dado é de especial interesse clínico pois, como destacam os pesquisadores, a despeito de nunca ter sido pareado com o choque, C eliciou mais condutância da pele que B. Argumentam que isso se assemelha ao que se observa quando clientes descrevem medo ou ansiedade intensos em relação a eventos com os quais têm pouca ou mesmo nenhuma experiência aversiva ou quando se esquivam em situações em que não há histórico de punição direta. Esse estudo é um exemplo da importância e viabilidade de se testar experimentalmente a hipótese de que o cliente poderia atender à regra que especifica a emissão de uma resposta de ajuda em função das consequências naturalmente reforçadoras envolvidas (*tracking*).

Roche et al. (2008) compartilharam reflexões semelhantes às de Dougher et al. (1994) ao sugerirem que a compreensão da transferência de funções eliciadoras aversivas, de esquiva e de extinção pode ser útil à prática psicoterápica, uma vez que processos de linguagem poderiam ser responsáveis pela ocorrência de respostas ansiosas sem uma história direta de condicionamento.

O estudo de Dymond et al. (2013) também demonstrou como o responder relacional e a transferência derivada de funções de esquiva podem ter um papel na origem de comportamentos de esquiva robustos observados no *setting* terapêutico:

foram encontrados níveis similares de comportamento de esquiva a despeito da forma como foram adquiridos, isto é, se por aprendizagem direta, instrução ou aprendizagem derivada. Recontar uma memória traumática, por exemplo, pode evocar a mesma excitação fisiológica e as mesmas respostas de fuga-esquiva que o evento original (Hayes & Sanford, 2015, p. 17).

Em experimentos recentes, Perez et al. (2018) verificaram que símbolos abstratos que se tornaram equivalentes a uma expressão de medo adquiriam as funções dessa expressão. Os participantes desse estudo, inclusive, quando lhes era dada a possibilidade, emitiam respostas para esquivar-se desses estímulos (Perez et al. 2020). Um estímulo abstrato, com o qual o participante não tinha nenhuma experiência aversiva direta, passou a produzir medo e respostas de esquiva por ter se tornado equivalente a um conjunto de faces expressando medo.

Ekman (2010) aponta que Darwin já reconhecia a importância do componente emocional quando oferecia uma explicação para a origem da compaixão: quando dor ou o incômodo são involuntariamente testemunhados, Darwin afirmava que isso também implica em desconforto para quem os testemunha e é a redução/remoção desse desconforto próprio que selecionaria os comportamentos de ajuda ao outro. Porém, Ekman (2010) acrescenta que Darwin não considerou porque tais respostas empáticas não ocorriam para todos os indivíduos. Talvez essa lacuna envolva compreender como o responder relacional entre o que ocorre com o próprio indivíduo e o que ocorre com os demais pode incluir componentes que suscitam tais respostas emocionais.

A partir desses achados referentes à transferência de função eliciadora, é razoável supor que se o psicoterapeuta estivesse preocupado em incluir um estímulo eliciador no conjunto de estímulos previamente equivalentes, os demais estímulos adquiririam em alguma medida funções eliciadoras. Isto é, se, adicionalmente a falar

sobre a tristeza de João, algum estímulo essencialmente eliciador fosse incluído na classe, o relato descritivo a respeito da tristeza de João seria potencialmente gerador de emoções.

Na prática, o psicoterapeuta muitas vezes consegue esse efeito retomando algum evento que lhe tenha sido relatado pelo cliente de forma emocionada e fazendo perguntas e comentários que promovam o estabelecimento de relações funcionais de equivalência entre a descrição desse evento (sabidamente eliciador para o cliente) e o que atualmente ocorre com um terceiro que esteja precisando de ajuda. Se, por exemplo, o cliente descreveu e demonstrou muita tristeza ao relatar, em sessão, a respeito da perda de um ente querido, o psicoterapeuta pode intervir de forma que o cliente reconheça semelhanças entre o que ele viveu e o que o outro hoje vive. Considerando que tal componente respondente teria um papel motivacional importante – a emoção eliciada aumentaria o valor reforçador do cliente comportar-se na direção de tirar João da condição de tristeza – a introdução do componente respondente teria um efeito sobre o aumento da frequência das respostas de ajuda, essenciais ao tipo de comportamento sensível ao outro que promoveria o bem da espécie.

Essa é uma hipótese a ser experimentalmente testada: a de que procedimentos que foquem em também produzir respostas emocionais aumentariam a probabilidade de emissão dos componentes operantes da sensibilidade que são relacionados ao ajudar concretamente o outro. Tal hipótese parece razoável, a partir de um exame da literatura existente sobre relações simbólicas, e parece importante que os psicoterapeutas tenham um olhar mais cuidadoso para o papel dos respondentes ao desenvolverem sensibilidade ao outro, dada a importância desse repertório para o bem do grupo e a dificuldade usualmente encontrada na prática clínica ao investir em seu fortalecimento

Referências

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia Reflexão e Crítica*, *14*, 107-117.
<https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000100009>
- Abib, J. A. D. (2007). *Comportamento e sensibilidade: Vida, prazer e ética*. Santo André, SP: ESETec.
- Abib, J. A. D. (2010). Sensibilidade, felicidade e cultura. *Temas em Psicologia*, *18*(2), 283-293.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000200004&lng=pt&tlng=pt
- Barnes, D. (1994). Stimulus equivalence and relational frame theory. *The Psychological Record*, *44*, 91-124.
<https://psycnet.apa.org/record/1994-32107-001>
- Barnes-Holmes, D., Hayes, S. C., Dymond, S., & O'Hora, D. (2001) Multiple stimulus relations and the transformation of stimulus functions. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.51-72.
- Barnes-Holmes, Y., Foody, M., Barnes-Holmes, D., & McHugh, L. (2013). Advances in research on deictic relations and perspective-taking. In S. Dymond & B. Roche (Eds.), *Advances in relational frame theory: Research and application* (127-148). Oakland, CA: New Harbinger / Context Press.

- Baum, W. M. (2000). Being concrete about culture and cultural evolution. In F. Tonneau & N. S. Thompson (Orgs.), *Perspectives in Ethology. Evolution, Culture, and Behavior* (pp. 181-212). New York: Springer.
- Blackledge, J. T. (2003). "An Introduction to Relational Frame Theory: Basics and Applications". *The Behavior Analyst Today*, **3** (4): 421–34.
<https://doi.org/10.1037/h0099997>
- de Rose, J. C. (1993). Classes de estímulos: Implicações para uma análise comportamental da cognição. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *9* (2), 283-303.
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17219>
- de Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamentalia*, *24*, 201-220. <https://psycnet.apa.org/record/2016-46236-005>
- de Rose, J. C., & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo de significado. *Acta Comportamentalia*, *15*, 83-102.
<https://psycnet.apa.org/record/2007-18163-005>
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1994). *Learning and Complex Behavior*. Boston/ London: Allyn and Bacon.
- Dougher, M. J. (2021) Murray Sidman's contributions to clinical behavior analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*. *115*, 36–43.
<https://doi.org/10.1002/jeab.644>
- Dougher, M. J., Augustson, E., Markham, M. R., Greenway, D. E., & Wulfert, E. (1994). The transfer of respondent eliciting and extinction functions through

- stimulus equivalence classes. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 62, 331-351. <https://doi.org/10.1901/jeab.1994.62-331>
- Dougher, M. J., Hamilton, D. A., Fink, B. C., & Harrington, J. (2007). Transformation of the discriminative and eliciting functions of generalized relational stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 88, 179-197. <https://doi.org/10.1901/jeab.2007.45-05>
- Dymond, S., Roche, B., & Bennett, M. (2013). Relational Frame Theory and Experimental Psychopathology. In S. Dymond & B. Roche (Eds.), *Advances in relational frame theory: Research and application* (pp. 199-218). Oakland, CA: New Harbinger / Context Press.
- Dymond, S., Schlund, M. W., Roche, B., De Houwer, J., & Freegard, G. (2012). Safe from harm: Learned, instructed, and symbolic generalization pathways of human threat-avoidance. *PLoS ONE*, 7(10): e47539. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0047539>.
- Ekman, P. (2010) Darwin's Compassionate View of Human Nature. *JAMA*, February 10, Vol 303, No. 6, p. 557-558. <https://doi.org/10.1001/jama.2010.101>
- Guedes, M. L. (1993). Equívocos da terapia comportamental. *Temas em Psicologia*, 1(2), 81-85. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000200011&lng=pt&tlng=pt
- Guilhardi, H. J. (2012) *Os seis sentidos de "The lady and the unicorn"*. <http://www.itrcampinas.com.br/txt/seissentidos.pdf>

- Harte, C., Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., & Kissi, A. (2020). The study of rule-governed behavior and derived stimulus relations: Bridging the gap. *Perspectives on Behavior Science*, 43, 361-385. <https://doi.org/10.1007/s40614-020-00256-w>
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001a). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- Hayes, S. C., Kohlenberg, B. S., & Hayes, L. J. (1991). The transfer of specific and general consequential functions through simple and conditional equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 56, 119-137. <https://doi.org/10.1901/jeab.1991.56-119>
- Hayes, S. C., Blackledge, J. T., Barnes-Holmes, D. (2001b) Language and cognition: constructing an alternative approach within the behavioral tradition. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.03-20.
- Hayes, S. C., & Sanford, B. (2015). Modern psychotherapy as a multidimensional multilevel evolutionary process. *Current Opinion in Psychology*. 2. 16-20. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.01.009>
- Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., Healy, O. (2001c) Derived relational responding as learned behavior. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.21-50.

- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (2001d) Relational frame theory: a précis. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp. 140-154.
- Hubner, M. M. C. (2001). O paradigma de equivalência e suas implicações para a compreensão e emergência de repertórios complexos. Em R.A. Banaco (Org.) *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*, (pp. 413 – 419). Santo André: Esetec.
- Kavanagh, D., Barnes-Holmes, Y., & Barnes-Holmes, D. (2019). The study of perspective-taking: Contributions from mainstream psychology and behavior analysis. *The Psychological Record*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1007/s40732-019-00356-3>
- McHugh, L., Barnes-Holmes, Y., & Barnes-Holmes, D. (2004). Perspective-taking as relational responding: A developmental profile. *The Psychological Record*, 54, 115-144. <https://doi.org/10.1007/BF03395465>
- McHugh, L., Barnes-Holmes, Y., O’Hora, D., & Barnes-Holmes, D. (2004). Perspective-taking: A relational frame analysis. *Experimental Analysis of Human Behaviour Bulletin*, 22, 4-10. <https://www.eahb.org/s/McHughetal-2004.pdf>
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose, J. C. (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The*

Psychological Record, 66(3), 451–462.

<https://doi.org/10.1007/s40732-016-0185-0>

Perez, W. F. (2017). Explicações comportamentais da correspondência dizer-fazer.

Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 13(1).

<https://doi.org/10.18542/rebac.v13i1.5260>

Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. L. (2013).

Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação.

Perspectivas em análise do comportamento, 4(1), 33-51.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482013000100005&lng=pt&tlng=pt.

Perez, W., de Almeida, J. H., de Rose, J. C. C., Dorigon, A., Vasconcellos, E.,

Lima, N., Almeida, R., Montan, R. & Barnes-Holmes, D. (2018). Implicit and Explicit Measures of Transformation of Function from Facial Expressions of Fear and of Happiness via Equivalence Relations. *The Psychological Record*. 69. <https://doi.org/10.1007/s40732-018-0304-1>.

Perez, W. F., de Almeida, J. H., Soares, L. C., Wang, T., Morais, T. D.,

Mascarenhas, A., & de Rose, J. C. C. (2020). Fearful Faces and the Derived Transfer of Aversive Functions. *The Psychological Record*, 70, 1-10.

<https://doi.org/10.1007/s40732-020-00390-6>

Perez, W. F., Kovac, R., de Almeida, J. H., & de Rose, J. C. (2022). *Teoria das molduras relacionais: conceitos, pesquisa e aplicações*. São Paulo: Paradigma.

- Roche, B. T., Kanter, J. W., Brown, K. R., Dymond, S., & Fogarty, C. C. (2008). A comparison of "direct" versus "derived" extinction of avoidance responding. *The Psychological Record*, 58(3), 443–464. <https://doi.org/10.1007/BF03395628>
- Sidman, M. (1994) *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston: Authors Cooperative.
- Sidman, M. (2000). Equivalence relations and the reinforcement contingency. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 74, 127-146. <https://doi.org/10.1901%2Fjeab.2000.74-127>
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 5-22. <https://doi.org/10.1901%2Fjeab.1982.37-5>
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1987). What is Wrong with Daily Life in the Western World? in: Skinner, B. F. *Upon Further Reflection*. Englewood Cliffs (New Jersey): Prentice Hall, p.15-31.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, OH: Merrill Publishing Company.
- Stewart, I., Barnes-Holmes, D., Hayes, S. C., & Lipkens, R. (2001) Relations Among Relations: Analogies, Metaphors, And Stories. In: Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press. pp.73-86.

- Stewart, I., Barnes-Holmes, D., Roche, B., & Smeets, P. M. (2002). A functional-analytic model of analogy: a relational frame analysis. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 78(3), 375–396. <https://doi.org/10.1901/jeab.2002.78-375>
- Stewart, I. & Roche, B. (2013). Relational Frame Theory: An Overview. In S. Dymond & B. Roche (Eds.), *Advances in relational frame theory: Research and application* (pp. 51 – 72). Oakland, CA: New Harbinger / Context Press.
- Valdivia-Salas, S., Luciano, C., Gutiérrez, O., & Visdómine, C. (2009). Establishing empathy. In R. Rehfeldt & Y. Barnes-Holmes (Eds.), *Derived relational responding applications for learners with autism and other developmental disabilities: A progressive guide to change* (1st ed., pp. 301–312). Oakland, CA: New Harbinger.
- Vilardaga, R. (2009). A relational frame theory account of empathy. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 5, 178–184. <https://doi.org/10.1037/h0100879>
- Vilardaga, R., Estévez, A., Levin, M., & Hayes, S. (2012). Deictic Relational Responding, Empathy, and Experiential Avoidance as Predictors of Social Anhedonia: Further Contributions From Relational Frame Theory. *The Psychological Record*, 62, 409–432. <https://doi.org/10.1007/BF03395811>
- Wechsler, A., & Amaral, V. L. (2009). Correspondência verbal: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 11(2), 189-208. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v11i2.398>

Zamignani, D., & Meyer, S. (2007). Comportamento verbal no contexto clínico: contribuições metodológicas a partir da análise do comportamento. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 9(2), 241-259.
<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i2.19>

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO

O método utilizado nos dois experimentos conduzidos está descrito no artigo reproduzido no capítulo 4, mas cabem considerações adicionais. Não é simples medir experimentalmente o efeito de intervenções verbais como as tipicamente empregadas em psicoterapia. Estudos clássicos em Psicologia Social empregaram situações simuladas para observar e registrar comportamentos mais próximos daqueles que ocorreriam em situações naturais. No estudo de Darley e Latané (1968), por exemplo, os experimentadores fizeram os participantes acreditarem que estavam ouvindo pelo intercom um segundo participante ter uma crise epiléptica. A principal variável manipulada era o número de outros participantes que estariam testemunhando a crise: alguns acreditavam que eram os únicos a ouvir, outros foram induzidos a pensar que mais uma pessoa tinha ouvido a crise e ainda houve aqueles que acreditavam que mais quatro pessoas tinham tido acesso (na realidade, todos os demais, incluindo aquele que supostamente tinha a crise epiléptica, eram apenas gravações de vozes de confederados, sendo o participante o único realmente presente). Conforme previsto pelos pesquisadores, quanto maior a “presença” de espectadores, menor foi o sentimento de responsabilidade pessoal e a velocidade do participante em reportar a situação ao experimentador. O efeito de difusão de responsabilidade mostrou que a inação era mais relacionada à resposta a outros espectadores do que a apatia ou insensibilidade à vítima. Ao contrário, observou-se que os participantes que não reportaram foram os que pareceram mais impactados emocionalmente quando reunidos com o experimentador.

Em outro estudo (Latané & Darley, 1968), alunos (homens) de graduação foram colocados em uma sala que ia gradualmente enchendo-se de fumaça, de forma a simular uma potencial emergência. Os participantes podiam estar sozinhos; com mais dois confederados que eram instruídos a não reagir ou demonstrar indiferença; ou em grupos

de três participantes. Novamente, confirmando a previsão dos pesquisadores, os participantes foram mais propensos a reportar a fumaça quando sozinhos (75%) do que quando em trios (38%) ou na presença dos confederados passivos (10%). Mas surpreendeu o fato de que o número de pessoas que reportaram, entre os trios, foi tão baixo, considerando que havia 3 pessoas com liberdade para agir. O resultado pareceu ter sido mediado pela forma como os participantes interpretaram a situação ambígua: ver outras pessoas agindo de maneira passiva influenciou a interpretação da fumaça como não perigosa.

Em um outro estudo muito interessante, Darley e Batson (1973) examinaram a influência de variáveis de personalidade e situacionais sobre o comportamento de ajuda, inspirados pela Parábola do Bom Samaritano⁷. No experimento de Darley e Batson, os participantes eram seminaristas e, ao deslocarem-se de um prédio a outro, deparavam-se com uma pessoa em situação de emergência (essa pessoa, na verdade, era um confederado dos pesquisadores e a ajuda que ele solicitava dos participantes era previamente combinada). Alguns desses participantes estavam indo dar uma palestra sobre um tópico não relacionado, mas parte deles ia dar uma aula justamente sobre a Parábola do Bom Samaritano. Os resultados demonstraram que o conteúdo da aula/palestra tinha pouca influência sobre a probabilidade do participante oferecer ajuda, sendo o quanto o mesmo acreditava estar atrasado para o compromisso no prédio seguinte a variável que pareceu exercer maior influência sobre o comportamento de ajuda.

⁷ A parábola em questão descreve um episódio no qual, durante uma viagem, um judeu foi atacado por assaltantes, que o deixaram quase morto à beira da estrada. Um sacerdote, mesmo tendo visto o homem ferido, atravessou para o outro lado da estrada, ignorando-o. Um levita (uma pessoa dedicada ao trabalho no templo) fez o mesmo. Até que surge o samaritano. Naquela época, judeus e samaritanos eram inimigos. Apesar disso, o samaritano ajudou o homem, tratou de suas feridas e o levou para uma hospedaria, onde cuidou dele e arcou com as despesas.

De toda forma, esses estudos encontraram formas criativas de responder às suas perguntas, tentando aproximar a situação experimental do que ocorreria naturalmente. No caso do presente estudo, parece apropriado o uso de estratégia similar, buscando reproduzir as interações que usualmente ocorrem no contexto psicoterapêutico quando há ocasião para o desenvolvimento ou ampliação do repertório sensível ao outro.

Também veio desses estudos a inspiração para a estratégia metodológica de definir rigorosamente uma resposta operacional de ajuda como variável dependente (VD). Inicialmente, considerou-se observar duas VDs: a primeira, CONTATO, consistia em enviar mensagem por *e-mail* ou *whatsapp* para o segundo experimentador (o Marlon) dispendo-se a ajudá-lo com a pesquisa dele; a segunda, AJUDA, consistia em participar efetivamente do experimento do Marlon.

No caso, como ficará mais claro a seguir, CONTATO foi considerada a resposta de ajuda alvo e a VD mais sensível. O passo subsequente (participar do experimento conduzido pelo segundo experimentador) mostrou-se mais sujeito à influência de variáveis moderadoras como, por exemplo, a disponibilidade de um notebook, a compatibilidade com a agenda do Marlon ou a familiaridade com jogos on-line.

Foram convidadas a participar, de maneira remota, pessoas maiores de 18 anos. A preferência pela realização da coleta de forma *on-line* deveu-se à situação de pandemia. O recrutamento dos participantes foi feito por meio de divulgação da pesquisa em grupos fechados do *Facebook* de alunos de um curso *on-line* de desenhos realistas. A opção pelos alunos do referido curso deveu-se: 1) pela abrangência e diversidade do público que participava do curso, o que favoreceu o alcance entre pessoas de diferentes faixas etárias, níveis instrucionais e regiões geográficas; 2) pelo fato de que os alunos do curso já tinham acesso à internet e alguma familiaridade com o uso de ferramentas de ensino à distância, similares às utilizadas no procedimento.

O conteúdo da mensagem divulgada foi:

Gostaria de ser um participante de pesquisa experimental? Você tem mais de 18 anos? Estaria disposto a participar de um experimento *on-line* sobre comportamento humano envolvendo uma entrevista inicial e uma devolutiva? Caso você tenha interesse, é só clicar no *link* abaixo e acessar o formulário com o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ. Os documentos apresentam todos os detalhes e, se você estiver de acordo ao final da leitura, basta:

- Preencher seus dados pessoais e de contato;
- Indicar sua preferência de datas e horários para realização da entrevista (obs: a data e o horário para realização da devolutiva serão acordadas ao final da realização da entrevista);
- Selecionar a opção “estou de acordo” no formulário.

<https://forms.gle/2f9afisBs6BJPJxU6>

Caso você deseje tirar alguma outra dúvida antes de tomar sua decisão, pode me contatar pelo *e-mail* renatacgomes@gmail.com

Atenciosamente,

Renata Cristina Gomes (Psicóloga - CRP 06/71718)

Os critérios para inclusão resumiram-se à ordem de resposta ao convite e a concordância livre e esclarecida quanto aos termos da pesquisa. Os dados pessoais dos participantes, obtidos por meio do preenchimento do referido formulário (<https://forms.gle/2f9afisBs6BJPJxU6>) foram de acesso exclusivo da experimentadora. Todos os itens do formulário eram configurados como de preenchimento obrigatório, de forma que se o respondente não estivesse de acordo com os termos e não desejasse participar, nenhum de seus dados ficaria registrado.

Uma vez que o interessado estivesse de acordo, a entrevista era agendada. A partir desse ponto, os participantes foram aleatoriamente atribuídos ao grupo

experimental ou controle, tendo como critério apenas manter equilibrado entre os grupos o número e o gênero dos participantes. Dessa forma, o primeiro homem interessado foi atribuído ao grupo experimental, enquanto que o segundo foi incluído no controle e assim sucessivamente até que os participantes homens tivessem sido distribuídos equitativamente entre os dois grupos. O mesmo procedimento de alternância entre grupos experimental e controle foi empregado com as participantes mulheres.

O procedimento divergia para o grupo experimental no momento em que a experimentadora, antes de despedir-se, acrescentava à solicitação de ajuda uma comparação entre a descrição de uma situação vivida por um segundo pesquisador (o Marlon) e a descrição de uma situação semelhante à que o participante havia relatado há pouco. Essa era uma tentativa explícita de coordenar o que foi dito pelo participante com o que estava sendo dito sobre a pessoa que precisava de ajuda. Essa diferença entre os grupos experimental e controle está destacada a seguir em negrito:

“A nossa atividade aqui hoje está encerrada, mas veja, já que estamos falando de motivação e da influência que outras pessoas podem ter sobre isso, vou te convidar a ajudar um colega do meu laboratório, o Marlon, que também está precisando de ajuda com a coleta dele. Sabe o que você acabou de contar sobre como foi difícil para você quando **[introduzir exemplo relatado pelo participante durante a entrevista]**. O Marlon desenvolveu um jogo on-line e está investigando sobre aprendizagem e está tendo dificuldades porque poucas pessoas estão se dispondo a participar. Está difícil para ele, já está começando a ficar desanimado depois de todo trabalho que teve, **bem parecido com o que você me falou que sentiu**. Posso enviar o convite para pesquisa dele para o seu *whatsapp*? Da mesma forma que a minha pesquisa, no convite tem todas as informações para você avaliar e ver se deseja participar.”

Caso o participante concordasse, o convite para essa segunda pesquisa era enviado para o *whatsapp* dele o mais imediatamente possível. A segunda pesquisa que o participante era convidado a contribuir era conduzida por um segundo doutorando do PPGPsi UFSCar, Marlon Alexandre de Oliveira (de Oliveira, 2022), cujo procedimento já tinha sido aprovado pelo comitê de ética em pesquisa e cuja coleta também ocorria *on-line*, requerendo os mesmos recursos de acesso à internet. O prazo em que era avaliado se o participante emitiu ou não a resposta de ajuda alvo (entrar em contato com o Marlon) era aquele entre o envio do convite para a pesquisa em que ele foi solicitado a ajudar e a realização da devolutiva.

ROTEIRO PARA DEVOLUTIVA

1. Olá, como você passou essa semana?
2. Gostaria de agradecer você novamente por toda a sua colaboração! Hoje irei esclarecer algumas coisas. Não sei se você lembra-se, mas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que você preencheu estava descrito que a minha pesquisa investigava o efeito de estímulos verbais potencialmente eliciadores sobre determinado comportamento, e que hoje esse comportamento de interesse seria revelado. Pois bem, antes de dizer o que exatamente estava investigando, queria saber: você tem alguma ideia a respeito do que possa ser?
3. Você deve lembrar-se que durante a entrevista fiz algumas perguntas sobre situações em que você poderia ter se sentido desmotivado (a) ou frustrado (a). Era esperado que essas respostas viessem acompanhadas de algumas respostas emocionais incômodas, mas não intensas. O que eu queria investigar era se associar aquilo que as pessoas haviam acabado de me contar a um pedido de ajuda iria interferir na probabilidade de que vocês ajudassem. Lembra-se que no final do nosso primeiro encontro, quando a entrevista foi encerrada, eu falei a você a respeito da pesquisa de um colega de laboratório, o Marlon? Para algumas pessoas, quando eu fiz isso, eu simplesmente contei sobre a necessidade de ajuda. Para outras, eu associei o pedido de ajuda ao que vocês tinham acabado de me relatar. [INDICAR AQUI EM QUE GRUPO O PARTICIPANTE ESTAVA]. Depois acompanhamos para ver quem atendeu à solicitação de ajuda e se fazer essa associação entre o relato e o pedido fez diferença. Você imaginou isso?

4. Ficou claro para você porque não foi dito logo de início que o objetivo era observar isso? Imaginamos que revelar essa parte iria interferir na disposição das pessoas ajudarem.
5. Agora que isso foi esclarecido, você se sente incomodado (a) de alguma forma? Ou tem alguma outra questão que o (a) incomode?
6. É importante reafirmar que você pode desistir da sua participação na pesquisa a qualquer tempo. Se o que foi esclarecido hoje fez você mudar de ideia quanto ao seu consentimento, posso excluir seus dados sem problema algum. É muito importante que você esteja de acordo e confortável com a situação. Você continua de acordo com os termos ou prefere rever sua participação?
7. Você tem alguma outra dúvida ou comentário?
8. Assim que os resultados da pesquisa estiverem disponíveis, eles serão enviados a todos os participantes. [ESSE ITEM APENAS PARA AQUELES QUE MANTIVEREM O CONSENTIMENTO]
9. Agradeço mais uma vez pela sua inestimável colaboração.

No capítulo 02, o artigo reproduzido sugere que as descrições verbais da situação vivida pelo próprio participante poderiam ter alguma função respondente. Dessa forma, ao estabelecer uma relação de coordenação entre a descrição (1) - situação vivida pelo participante e a descrição (2) - situação vivida pelo outro, a afirmação “**bem parecido com o que você me falou que sentiu**” deveria funcionar como um estímulo contextual (Crel) que controla o tipo particular de resposta relacional (similaridade) dentro de um quadro relacional de coordenação. Logo, se de fato a descrição (1) tem função respondente, dentro dessa relação de coordenação ela deveria funcionar como um estímulo funcional (Cfunc) que atribuiria função respondente à descrição (2) - o que supostamente favoreceria a emissão da resposta de ajuda, uma vez que a situação do outro passaria a ter algum componente aversivo para aquele que se comporta.

Embora essa seja uma hipótese teoricamente razoável (Perez et al, 2015), metodologicamente seria complexo mensurar componentes respondentes verbalmente eliciados. Diante disso, os experimentos conduzidos focaram exclusivamente na

verificação do efeito da apresentação da estratégia verbal que potencialmente estabeleceria a relação de coordenação.

REFERÊNCIAS:

- de Oliveira, M. A. (2022). O uso sustentável de recursos comuns em um jogo digital (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 98 pp.
- Darley, J. M., & Batson, C. D. (1973). “From Jerusalem to Jericho”: A study of situational and dispositional variables in helping behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 27, 100–108. Doi: 10.1037/h0034449
- Darley, J. M., & Latané, B. (1968). Bystander intervention in emergencies: Diffusion of responsibility. *Journal of Personality and Social Psychology*, 8, 377-383. Doi: 10.1037/h0025589
- Latané, B., & Darley, J. M. (1968). Group inhibition of bystander intervention in emergencies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 10, 215–221. Doi: 10.1037/h0026570
- Perez W. F., Fidalgo A. P., Kovac R. F. & Nico Y. C. (2015). The transfer of Cfunc contextual control through equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 103(3), 511–523. Doi: 10.1002/jeab.150

CAPÍTULO 4 – THE EFFECT OF ESTABLISHING SYMBOLIC COORDINATION RELATIONS ON THE EMISSION OF HELPING RESPONSES⁸

Renata Cristina Gomes
Marlon Alexandre de Oliveira
Julio C. de Rose
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Abstract

This study aimed to investigate how the presentation of a request for help influences the likelihood of people being willing to help. The study was conducted with two groups of participants, one experimental and one control, who were asked to report their recent problems and then were presented with a request for help. The experimental group was presented with additional statements that established a relationship of coordination between the current problem and the participants' own problems that they had just reported. The control group was only presented with a simple request for help. The results showed that the experimental group was more likely to respond to the request for help, with seven out of eight participants contacting the second experimenter and five of them actively participating in the research. In contrast, in the control group, only half of the participants made contact and three of them agreed to participate. The authors hypothesized that by comparing both situations when requesting help, the experimenter facilitated the establishment of symbolic relations of coordination between such situations, which apparently increased the probability that the request for help would evoke responses. The results suggest that the use of this strategy - comparing the experiences lived by the client with those experienced by others - can be expanded in psychotherapy and other contexts aimed at developing empathy and sensitivity towards others. However, the results need to be considered with caution due to methodological limitations.

keywords: Help behavior; Symbolic relations; Coordination

Novelty and Relevance:

What is already known about the topic?

- Research studies have demonstrated a relationship between personal experiences of suffering and increased empathy towards others who share similar experiences.
- These findings provide empirical support for the hypothesis that people would be more willing to help others if there was a coordination relation between the description of their suffering and the suffering of others.

What this paper adds?

- The article's findings could inform interventions and strategies aimed at fostering empathy in various contexts, such as healthcare, counseling, and social activism.

⁸ Gomes RC, de Oliveira MA, & de Rose JC (2024). The Effect of Establishing Symbolic Coordination Relations on the Emission of Helping Responses. *International Journal of Psychology & Psychological Therapy*, 24, 1, 27-35.

- By shedding light on the role of relational frames in empathy, this research can contribute to the development of effective interventions that promote prosocial behavior and compassion.

Introduction:

In line with the concern for strengthening more cooperative cultural practices (Skinner, 1953; Nowak, 2006, 2011; Tomasello, 2009; Ekman, 2010; Wilson, 2015), the search for procedures for developing empathetic repertoires, or sensitivity to others, has been the focus of behavior analysts and behavioral psychotherapists (McHugh, Barnes-Holmes & Barnes-Holmes, 2004; McHugh, Barnes-Holmes, O'Hora, Barnes-Holmes, 2004; Valdivia-Salas, Luciano, Gutiérrez & Visdómine, 2009; Vilardaga, 2009; Vilardaga, Estévez, Levin & Hayes, 2012). In this line, behavioral psychotherapeutic interventions, especially with adult clients, are essentially verbal (Dougher, 2021; Guedes, 1993; Zamignani & Meyer, 2007). A common strategy for evoking empathetic or helping behaviors is to describe possible emotional states of other people (Vilardaga, 2009). For example, if there is evidence that Maria, someone close to the client, is in distress, the psychotherapist could say something like "Maria seems to be suffering." Additionally, it is possible to add a verbal instruction for the client to behave in a way that helps Maria: "you could do something about it.". This situation may establish contextual means to evoke empathetic behavior through verbally oriented strategies.

From the perspective of Relational Frame Theory (RFT), it is possible to assert that the psychotherapist seeks to include new verbal stimuli in frames in which coordination relations between their members have already been established. In our last example, there is already a symbolic relationship of coordination between the words "suffering" and "distress" and the image of a furrowed brow, and the psychotherapist

could try to relate such stimuli to the word "Maria" and to other words that would describe the context of suffering in which Maria is inserted.

Such a strategy has been shown to be effective in that the verbal stimuli related to Maria highlighted in the therapeutic session acquire the symbolic function of "suffering" and that the client is able to describe that Maria suffers and would benefit from some type of help. However, this type of intervention does not always produce emotional responses from the client: they may become able to describe Maria's suffering, but does not necessarily feel any discomfort about it. In addition, even in the face of a specific instruction, helping responses do not always occur outside of the session: the client is equally capable of saying what they could do to help, although there is no correspondence between saying and doing. The literature warns of the possibility that such correspondence may not occur (Perez, 2017; Wechsler & Amaral, 2009), and it is important to investigate variables that potentiate changes beyond speech.

Rule control is a type of verbally governed behavior (Harte, Barnes-Holmes, Barnes-Holmes & Kissi, 2020) selected for its consequences and classified (pliance, tracking, or augmenting) based on the type of relational frame involved in the contextual control of these rules. Rule-governed behavior is classified as pliance when it occurs under the control of a history of socially mediated reinforcement for coordinating saying and doing. For example, if the therapist says, "You should help Maria who is in distress," and the client helps due to social reinforcement from the therapist, this would be an example of pliance. In the case of tracking, rule control occurs due to a history of coordination between the rule and the environmental events it describes. It would be an example of tracking if, in response to the same rule presented

by the therapist, the client helps Maria because the verbal antecedent makes them attend to Maria's suffering, and reducing Maria's suffering has reinforcing value in itself.

Among several variables that diminish the control exerted by rules, Valdivia-Salas and colleagues (2009) indicate that rules may not be followed because the individual has not yet learned to respond to the symbolic reinforcement contingencies involved in the "greater good":

It might also be the case that Emma fails to respond appropriately to Tom because she has not learned to care. In other words, she has not yet learned to engage in actions simply for the "greater good" (in other words, those controlled by long-term or symbolic contingencies). For RFT, this involves a transition in rule governance from pliance (when Emma offers help only because of a history of being told to do so, in order to get approval from others or avoid punishment) to tracking based on short-term and direct contingencies (when Emma offers help because of a history of being subsequently rewarded for the direct consequences of the actions). (Valdivia-Salas et alia, 2009, p.309)

The premise is that by responding to the symbolic function of stimuli, individuals would respond to reinforcement contingencies that operate on others and the group. This transition from pliance (responding based on how the verbal community directly consequences rule-following) to tracking (symbolically responding based on nonverbal contingencies operating) would be a promising strategy for psychotherapy clients to not just help others because the therapist instructed them to, or, even less desirable, limit themselves to describing the other's suffering, but instead emit behavior genuinely sensitive to the other. It would be a strategy in which the other's suffering and happiness would acquire aversive or positively reinforcing symbolic function for the behaving individual, through derived relational responding.

In the context of empathy and sensitivity to others' suffering, RFT suggests that people may be more sensitive to others' suffering when they have a relational frame that

connects their own suffering to that of others. Several pieces of evidence support this hypothesis. For instance, Bebber, Soriano, Sánchez & Cabello (2021) explore how sharing a common relational repertoire is relevant for a range of behaviors, such as humor involved in joking. Goubert, Crombez, Van Damme & Vlaeyen (2005) research, for example, showed that when people are reminded of their own painful experiences, they are more likely to feel empathy for others experiencing similar pain: participants who were asked to recall a painful experience before watching a video of someone in pain rated the other person's pain as more intense and unpleasant than those who did not recall a painful experience.

Studies have also found that people are more likely to help others who are experiencing pain when they perceive a similarity between their own experiences and those of the person in need of help. For example, in one study, participants were more likely to donate money to a charity supporting people with the same medical condition they had experienced (Small, Loewenstein & Slovic, 2007). Ekman (2010, p. 557) recalled that Darwin stated that when pain or discomfort is involuntarily witnessed, some discomfort is felt by the witness and the reduction/removal of this own discomfort would select behaviors that help the other. However, he pointed out that not all individuals showed such empathic responses. The hypothesis investigated by the present study is that this gap can be filled by understanding how the relational framing between what happens to the individual and what happens to others can elicit such emotional responses.

When the psychotherapist points out similarities between the client's pain and the other's pain, the aim is to present contextual cues that evoke relational responses from the client that would include events from the situation experienced by the client (relational network A) and by the other (relational network B) in a coordinated

relationship. It would, therefore, involve helping the client coordinate these two trained or derived relational networks, the same type of coordination that occurs when people make analogies (Gomes, Perez, Barnes-Holmes & Harte, 2023; Stewart, Barnes-Holmes, Hayes & Lipkens, 2001; and Stewart, Barnes-Holmes, Roche & Smeets, 2002).

By relating their own suffering to that of another, the transfer of functions between stimuli, widely documented in the literature (e.g., Dougher, Augustson, Markham, Greenway & Wulfert, 1994; Mizael, de Almeida, Silveira & de Rose, 2016; Perez, Nico, Kovac, Adriana & Leonardi, 2013; de Rose, 2016; Perez, de Almeida, Soares, Wang, Morais, Mascarenhas & de Rose, 2020), would act in such a way that the pain of the other would acquire aversive symbolic function for the client. In this condition, the emission of a helping response towards the other would have its probability increased by the natural and immediate reinforcing consequences of helping: the reduction of one's own discomfort (Valdivia-Salas et alia, 2009). The therapist can actively facilitate this transfer of functions by verbally intervening and evoking such coordination relationships on the part of the client.

To measure experimentally the effect of verbal interventions such as those typically employed in psychotherapy is not straightforward. Classic experiments in social psychology employed simulated situations to observe and record helping behaviors closer to those that would occur in natural situations. In a study by Darley and Latané (1968), for example, experimenters made participants believe they were listening through an intercom to a second participant having an epileptic seizure. In another very interesting study (Darley and Batson, 1973), participants were seminarians who moved to a building where they would give a lecture on the Parable of the Good Samaritan. On the way, they passed by a confederate who was simulating a medical emergency. In

these two studies, the helping behavior was clearly specified and could be measured to determine effects of the independent variables. In the present study, we employed a similar strategy to recreate interactions typical of the psychotherapeutic context, fostering the development or expansion of sensitivity towards others. Participants underwent an interview with the experimenter to discuss "motivation," during which they were invited to assist a second researcher struggling to find participants for their own study. The dependent variables measured were the number of participants who contacted the second researcher and the number of participants who agreed to help them by participating in their research.

METHOD

Participants

Participants were recruited through the dissemination of the research in groups of students from an online course on realistic drawings. The choice of students from this course was due to: 1) the broad and diverse audience from participants in the course, which would favor reaching people of different ages, educational levels, and geographical regions; 2) the fact that students in the course would already have access to the internet and some familiarity with the use of distance learning tools, similar to those intended to be used in the procedure.

In total, 16 adults participated in the experiment, 8 men and 8 women. The characteristics of the participants regarding gender, age, and education, according to the groups in which they were allocated, can be seen in Table 1.

Table 1. Participants, Sex, Age and Education level for Experimental and Control groups.

Group	Participants	Sex	Age	Education
Experimental <i>M age= 37</i>	E1	F	37	Undergraduated
	E2	F	52	Undergraduated
	E3	F	68	Undergraduated
	E4	F	29	Postgraduated
	E5	M	44	High School
	E6	M	18	Elementary
	E7	M	33	Undergraduated
	E8	M	21	Undergraduated
Control <i>M age= 30</i>	C1	F	45	Elementary
	C2	F	28	Postgraduated
	C3	F	27	High School
	C4	F	29	High School
	C5	M	22	Undergraduated
	C6	M	46	Undergraduated
	C7	M	22	High School
	C8	M	25	High School

The message that was disseminated invited interested individuals to participate in an online experiment about human behavior, involving an initial interview about motivation and a feedback session.

Material and Setting

For the interview and feedback session, both the experimenter and participants had an electronic device with internet access, microphone, and camera. The interviews and feedback sessions were recorded and conducted through the Zoom application. Both the experimenter and participant were in a private location without interruptions.

Procedure

Once the interested person agreed, the interview was scheduled. From that point on, participants were randomly assigned to the experimental or control group, with the only criterion being to keep the number and gender of participants balanced between the

groups. Thus, the first interested man was assigned to the experimental group, while the second was included in the control group, and so on. The same alternating procedure between experimental and control groups was used with female participants.

Questions 3, 4, and 7 of the initial interview could evoke reports from participants about situations in which they felt uncomfortable in some way. These reports were later used to compose the request for help that was presented to the experimental group. The experimental variable was not explicitly revealed to participants initially because if it did, this information could potentially interfere with the probability of emitting help responses, as they would know that this would be the target behavior. The "covert research," as termed in Resolution 510/2016 of the National Committee of Research Ethics (CONEP), is justified in such circumstances, and the present study was submitted and approved by the responsible Committee of Research Ethics (CEP). The feedback interview, guaranteed to all participants in both the experimental and control groups, aimed, among other things, to provide clarifications about the manipulated variable and target behavior.

Interview Guide

As you already know, this is a research about motivation. Today we will talk about this topic and, since people have unique experiences and perceptions, don't worry, there are no right or wrong answers. Take your time and try to bring as many personal examples as you can. When you consider that you have concluded your answer, you can request the next question. There are a total of 7 questions. Can we start?

1. Do you consider yourself a motivated person?
2. Do you apply any strategies to stay motivated?
3. Can you describe a situation in which you noticed that you were particularly demotivated? How did you feel?
4. Can you describe a situation in which someone intentionally helped you to motivate yourself? How did you feel?
5. How do you see the role of personal discipline in motivation?
6. How do you see the influence of other people on your motivation?
7. Have you ever been in a situation where you realized that you couldn't achieve a goal without help? How did you feel?

At the end of the interview, the interviewer thanked the participant for their collaboration and scheduled the feedback session, taking into account the participant's availability, within approximately seven days. The idea of scheduling the feedback within this timeframe is to approximate the frequency of sessions in psychotherapeutic relationships, where clients and therapists typically meet once a week. The feedback session was conducted by the same person who conducted the initial interview.

At this point in the interaction, after the initial interview and the scheduling of the feedback session, the procedure diverged for the experimental and control groups. For the control group, before bidding farewell, the experimenter added:

"Our activity here today is concluded, but since we are talking about motivation and the influence that others can have on it, I would like to invite you to help a colleague from my lab, a second researcher, who also needs assistance with his data collection. He is conducting research on learning, created an online game about it, and is having difficulty finding participants. It's been tough for him, and he's starting to feel discouraged after all the work he put into it. Can I send you an invitation to participate in his research? You can evaluate it and decide if you'd like to participate."

For the experimental group, the final statement was essentially the same, except for including verbal cues based on what the participant had just reported and making an explicit attempt to align what was said about the participant with what was being said about the person in need of help:

"Our activity here today is concluded, but since we are talking about motivation and the influence that others can have on it, I would like to invite you to help a colleague from my lab, a second researcher, who also needs assistance with his data collection. You know what you just

told me about how difficult it was for you when [introduce example reported by the participant during the interview]. He is conducting research on learning, created an online game about it, and is having difficulty finding participants. It's been tough for him, and he's starting to feel discouraged after all the work he put into it, similar to what you mentioned you felt. Can I send you an invitation to participate in his research? You can evaluate it and see if you'd like to participate."

If the participant agreed, the invitation for this second study was sent to them via WhatsApp as soon as possible. The second study that the participant was invited to contribute to was conducted by another member of the laboratory. The procedure had also been approved by the research ethics committee and data collection also occurred online, requiring the same internet access resources.

At the time of feedback, the experimenter clarified to the participant about the independent variable (favoring or not the coordination relationship between the personal report and the request for help on the probability of help responses), explained the importance of the initial omission of the experimental variable, checked what hypotheses the participant had about the experiment, and if in any way they were bothered by the initial omission of that information. The participant was told that they could withdraw their consent if they so preferred.

RESULTS

To evaluate the emission of help responses two different behaviors that participants could take in response to the invitation to help the other researcher through participation in their study were considered: (1) Contact, meaning contacting the other researcher to learn more about the project, and (2) Help, meaning participating in the

research. Table 2 summarizes the results obtained. The occurrence of the target behaviors was marked with 1 and the non-occurrence with 0.

Table 2. Participants, Sex, Contact and Help for Experimental and Control groups.

Group	Participants	Sex	Contact	Help
Experimental	E1	F	1 ^a	1
	E2	F	1	0 ^b
	E3	F	1	0
	E4	F	1	1
	E5	M	1	1
	E6	M	1	1
	E7	M	1	1
	E8	M	0	0
<i>M</i>			87.5%	62.5%
Control	C1	F	0	0
	C2	F	1	1
	C3	F	1	1
	C4	F	1	1
	C5	M	0	0
	C6	M	1	0
	C7	M	0	0
	C8	M	0	0
<i>M</i>			50%	37.5%

Notes: 1^a= Behavior occurrence; 0^b= Non-behavior occurrence.

As can be observed, in the experimental group, seven out of eight participants contacted the second experimenter and, of those, five actively participated in the new research. Participant E3, a 68-year-old woman, explained both in her contact with the second experimenter and during the feedback session of the original research that she would not participate in the additional project due to it being an online game. She mentioned that she was not skilled in that type of activity and believed that her participation would not be very helpful. In a way, one could interpret that she exhibited the helping behavior she deemed appropriate.

In the control group, half of the participants made contact to learn more about the second research. Among these 4 participants, 3 agreed and actively participated in the proposed study.

DISCUSSION

The data suggest that the way the request was presented may have influenced the likelihood of people being willing to help. For the control group, in which the experimenter only described the problem, how the second researcher was feeling, and requested help, the target behaviors occurred less frequently compared to the experimental group, in which additional statements were made that potentially established a relationship of coordination between the current problem experienced by the second researcher and the participants' own problems that they had just reported in the interview.

The hypothesis is that by comparing both situations (the one reported by the participant and the one supposedly being experienced by the second researcher) when requesting help, the experimenter facilitated the establishment of symbolic relations of coordination between such situations. When presenting the request for assistance, the experimenter compared the situations stating, "similar to what you mentioned you felt." Presumably, this statement should serve as a contextual stimulus (Crel) that controls the particular type of relational response (sameness) within a relational frame of coordination.

Perez, Fidalgo, Kovacs & Nico (2015) suggested that when establishing such a coordination between the two contexts, it's possible that some of the stimulus functions (Cfunc) from one context to transfer to the other. Thus, part of the discomfort experienced by the experimental group participants themselves, while relating their problem, would have been, through function transfer, generalized to the description of the present problem situation. The relationship of coordination and function transfer apparently increased the probability that the request for help would evoke such

responses. The request presented in this way may have functioned as a discriminative stimulus to respond to the contingency in operation (tracking) and not only to the simple verbal request combined with the potential consequence applied by the experimenter for complying with it (pliance).

If this hypothesis is confirmed, the use of this relatively simple strategy - comparing the experiences lived by the client with those experienced by others - can be expanded in psychotherapy and other contexts aimed at developing empathy and sensitivity towards others, yielding beneficial results for the individual and the community. However, although encouraging, the results also need to be considered with caution due to methodological limitations. No measure of participants' predisposition to help was taken, and we thus cannot rule out the possibility that more collaborative individuals were, by chance, allocated to the experimental group. Although such predisposition can be investigated through measures of altruism or rule-following, this strategy was avoided as the content of such instruments could inadvertently give hints to the participants regarding the investigated variable.

A larger number of participants may also yield more robust results, and it appears important to continue and expand data collection. Furthermore, despite the difficulty in proposing a procedure that emulates what occurs in the psychotherapeutic context and allows for experimental control over a genuine helping response, the present arrangement proved to be a viable approach for evaluating the target behavior.

REFERENCES

- Bebber M, Soriano MCL, Sánchez JR, & Cabello F (2021). Is this a Joke? Altering the Derivation of Humor Behavior. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 21, 413-431.
- Darley JM & Batson CD (1973). "From Jerusalem to Jericho": A study of situational and dispositional variables in helping behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 27, 100–108.
- Darley JM & Latané B (1968). Bystander intervention in emergencies: Diffusion of responsibility. *Journal of Personality and Social Psychology*, 8, 377-383.
- de Rose JC (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamentalia*, 24, 201-220.
- Dougher MJ (2021). Murray Sidman's contributions to clinical behavior analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 115, 36–43. Doi: 10.1002/jeab.644
- Dougher MJ, Augustson E, Markham MR, Greenway DE, & Wulfert E (1994). The transfer of respondent eliciting and extinction functions through stimulus equivalence classes. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 62, 331-351. Doi: 10.1901/jeab.1994

- Gomes CT, Perez WF, Barnes-Holmes D & Harte C (2023). Relating relational networks: An initial experimental analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, Advance online publication. Doi: 10.1002/jeab.854
- Goubert L, Crombez G, Van Damme S & Vlaeyen JW (2005). Implicit learning of pain-related associations in chronic pain patients and healthy controls. *Pain*, 115(3), 324-331. Doi: 10.1016/j.pain.2005.03.007
- Harte C, Barnes-Holmes D, Barnes-Holmes Y & Kissi A (2020). The study of rule-governed behavior and derived stimulus relations: Bridging the gap. *Perspectives on Behavior Science*, 43, 361-385. Doi: 10.1007/s40614-020-00256-w
- McHugh L, Barnes-Holmes Y & Barnes-Holmes D (2004). Perspective-taking as relational responding: A developmental profile. *The Psychological Record*, 54, 115-144. Doi: 10.1007/BF03395465
- McHugh L, Barnes-Holmes Y, O'Hora D & Barnes-Holmes D (2004). Perspective-taking: A relational frame analysis. *Experimental Analysis of Human Behaviour Bulletin*, 22, 4-10.
- Mizael TM, de Almeida JH, Silveira CC & de Rose JC (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The Psychological Record*, 66(3), 451-462. Doi: 10.1007/s40732-016-0185-0

- Nowak MA (2006). Five rules for the evolution of cooperation. *Science*, 312 (5776), 1560–1563.
- Nowak MA (2011). *Super cooperators: Altruism, evolution, and why we need each other to succeed*. New York: Free Press.
- Perez WF (2017). Explicações comportamentais da correspondência dizer-fazer. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 13(1). 16-28. Doi: 10.18542/rebac.v13i1.5260
- Perez WF, Fidalgo AP, Kovac RF & Nico YC (2015). The transfer of Cfunc contextual control through equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 103(3), 511–523. Doi: 10.1002/jeab.150
- Perez WF, Nico YC, Kovac RF, Fidalgo AP & Leonardi JLL (2013). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação.
- Perez WF, de Almeida JH, Soares LC, Wang T, Morais TD, Mascarenhas A & de Rose JCC (2020). Fearful Faces and the Derived Transfer of Aversive Functions. *The Psychological Record*, 70, 1-10. Doi: 10.1007/s40732-020-00390-6
- Skinner BF (1953). *Science and Human Behavior*. New York: McMillan.

Small DA, Loewenstein G & Slovic P (2007). Sympathy and callousness: The impact of deliberative thought on donations to identifiable and statistical victims.

Organizational Behavior and Human Decision Processes, 102(2), 143-153. Doi:

10.1016/j.obhdp.2006.09.005

Stewart I, Barnes-Holmes D, Hayes SC & Lipkens R (2001). Relations Among Relations: Analogies, Metaphors, And Stories. In SC Hayes, D Barnes-Holmes, & B Roche (Eds.), *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 73-86). New York: Plenum Press.

Stewart I, Barnes-Holmes D, Roche B & Smeets PM (2002). A functional-analytic model of analogy: A relational frame analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 78(3), 375–396. Doi: 10.1901/jeab.2002.78-375

Tomasello M (2009). *Why we cooperate*. Boston Review.

Valdivia-Salas S, Luciano C, Gutiérrez O & Visdómine C (2009). Establishing empathy. In R. Rehfeldt & Y. Barnes-Holmes (Eds.), *Derived relational responding applications for learners with autism and other developmental disabilities: A progressive guide to change* (pp. 301–312). Oakland, CA: New Harbinger.

Vilardaga R (2009). A relational frame theory account of empathy. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 5, 178–184. Doi: 10.1037/h0100879

Vilardaga R, Estévez A, Levin M & Hayes S (2012). Deictic Relational Responding, Empathy, and Experiential Avoidance as Predictors of Social Anhedonia: Further Contributions From Relational Frame Theory. *The Psychological Record*, 62, 409–432. Doi: 10.1007/BF03395811

Wechsler A & Amaral VL (2009). Correspondência verbal: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 11(2), 189-208. Doi: 10.31505/rbtcc.v11i2.398

Wilson DS (2015). *Does altruism exist? Culture, genes and the welfare of others*. New Haven: Yale University Press.

Zamignani D & Meyer S (2007). Comportamento verbal no contexto clínico: contribuições metodológicas a partir da análise do comportamento. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental E Cognitiva*, 9(2), 241-259. Doi: 10.31505/rbtcc.v9i2.19

CAPÍTULO 5 – EXPERIMENTO 2

Visando ampliar a amostra, aproximadamente 20 meses após a primeira coleta de dados⁹, 18 novas pessoas foram convidadas a participar do experimento, 11 homens e 7 mulheres. O método manteve-se o mesmo. As características desses novos participantes quanto ao gênero, idade e escolaridade, de acordo com os grupos nos quais foram alocados, pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1. Participantes, Sexo, Idade e Escolaridade para os grupos Experimental e Controle

Grupo	Participantes	Sexo	Idade	Escolaridade
Experimental	E9	F	59	Pós Grad.
	E10	F	56	Médio
	E11	M	61	Pós Grad.
	E12	M	22	Graduação
	E13	F	36	Graduação
	E14	M	37	Médio
	E15	M	47	Médio
	E16	M	26	Graduação
	E17	M	48	Pós Grad.
		M		
		43		
Controle	C9	F	70	Pós Grad.
	C10	F	48	Fundamental
	C11	F	77	Pós Grad.
	C12	M	44	Médio
	C13	F	46	Médio
	C14	M	21	Médio
	C15	M	26	Graduação
	C16	M	27	Graduação
	C17	M	66	Pós Grad.
		M		
		47		

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse segundo grupo de participantes era, em média, 18 anos mais velho que o grupo que fez parte da primeira coleta de dados.

⁹ Não há uma justificativa metodológica para esse intervalo. É simplesmente devido aos revezes da vida.

Foram igualmente nessa segunda fase de coleta consideradas as ocorrências (ou não) dos comportamentos de: (1) entrar em contato com o pesquisador responsável para saber mais a respeito do projeto - CONTATO e (2) participar da pesquisa - AJUDA (Tabela 4).

Tabela 2. Participantes, Sexo, Contato e Ajuda para os grupos Experimental e Controle

Grupo	Participantes	Sexo	Contato	Ajuda
Experimental	E9	F	1 ^a	0
	E10	F	0	0 ^b
	E11	M	1	0
	E12	M	0	0
	E13	F	0	0
	E14	M	0	0
	E15	M	1	0
	E16	M	1	0
	E17	M	1	1
			M	
			55.6%	11.1%
Controle	C9	F	1	0
	C10	F	0	0
	C11	F	1	0
	C12	M	0	0
	C13	F	0	0
	C14	M	0	0
	C15	M	0	0
	C16	M	0	0
	C17	M	0	0
			M	
			22.2%	0%

^a 1 = Ocorrência do comportamento. ^b 0 = Não-ocorrência do comportamento.

No que se refere ao CONTATO, mais da metade dos participantes do grupo experimental (55.6%) se comportaram dessa forma, em comparação a 22.2% do grupo controle. Em relação à AJUDA, a participante C9, por exemplo, embora tenha feito contato, não tinha um mouse - o que seria pré-requisito para participação na segunda pesquisa. Da mesma forma, o participante E15 não pode seguir com a ajuda após o

contato por não dispor de pc ou notebook (acessava a internet apenas pelo celular). O participante E11 não conseguiu encontrar um horário compatível com o segundo experimentador para participação na pesquisa. Esses relatos fortaleceram a análise de que a ocorrência de CONTATO era uma VD mais sensível, uma vez que AJUDA era suscetível à interferência de diversas condições.

Consideradas essas situações, nesse experimento apenas um participante se dispôs a ajudar com a segunda pesquisa. Uma hipótese para explicar a baixa emissão de respostas de AJUDA é relacionada à idade dos participantes e à natureza da atividade envolvida na pesquisa adicional (um jogo on-line). Talvez os participantes mais velhos tenham menos interesse em engajar-se em atividades desse tipo ou acreditem que não tem um bom repertório para esse tipo de atividade (como foi explicitamente afirmado por E3 na primeira fase de coleta). Griffiths, Davies & Chappell (2004) investigaram fatores demográficos nos jogos on-line e apontaram que a idade média dos jogadores é 27.9, com uma parcela significativa dos jogadores sendo do sexo masculino.

A idade parece ser uma variável-chave na aceitação e adoção de novas tecnologias de jogos (Ha, Yoon & Choi, 2007) e adultos mais velhos resistem à adoção de jogos digitais que consideram não serem adaptados às suas necessidades (Mohsin, Jali, Arnab, Bandan & Ma, 2022).

Uma segunda hipótese é a de que, decorrido um tempo após o período de pandemia, a atratividade de atividades à distância desenvolvidas on-line tenha sido reduzida, conforme sugerem os estudos de Zhang et al. (2022) e Poole et al. (2023). Talvez as pessoas estivessem saturadas desse tipo de tarefa na qual interagem com uma atividade programada, sem um interlocutor presente, como no caso ocorreria enquanto participassem do jogo envolvido na segunda pesquisa.

Considerando que o método manteve-se o mesmo entre as coletas envolvidas nos dois experimentos, é possível analisar os resultados da amostra como um todo, conforme a Tabela 3.

Tabela 3. Participantes, Contato e Ajuda para os grupos Experimental e Controle: amostra total

Grupo	Contato	Ajuda
Experimental (n=17)	12 (70.58%)	06 (35.29%)
Controle (n=17)	06 (35.29%)	03 (17.64%)

O teste estatístico (qui-quadrado) aplicado aos dados da Tabela 3 resultou num valor-p de 0,039 (menor que o nível de significância usual de 0,05), indicando rejeição à hipótese nula de independência com relação ao CONTATO. Ou seja, há evidência de uma associação estatisticamente significativa entre "Contato" e "Grupo". Como essa foi a VD que mostrou-se mais sensível ao tipo de intervenção realizada, esse dado aponta na direção de que a estratégia adotada favoreceu a emissão da resposta alvo, aumentando a probabilidade de que as pessoas se dispusessem a ajudar.

O mesmo não se verifica para com relação à AJUDA. Embora a análise exploratória mostre que o dobro de participantes do grupo experimental tenha ajudado em comparação ao controle, o valor-p do Teste Exato de Fisher é 0,438 - a diferença não é significativa e qualquer diferença observada pode ser atribuída ao acaso.

A falta de evidência de associação não prova necessariamente que as variáveis são independentes. É possível que a amostra seja muito pequena para detectar uma

associação real e estudos envolvendo um maior número de participantes seriam necessários para confirmar essa conclusão.

Embora modestos, os resultados encontrados são encorajadores na medida em que apontam que a adoção de uma estratégia relativamente simples poderia favorecer a emissão de um comportamento de ajuda sensível ao outro e benéfico àquele que se comporta e ao grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que o estabelecimento de comportamentos sensíveis ao outro é fundamental, o objetivo desse estudo foi investigar possíveis estratégias verbais, condizentes com as usualmente empregadas em psicoterapia comportamental, que favorecessem a emissão de respostas de ajuda.

Entrar em contato com o segundo experimentador já era em certa medida mostrar-se disposto a ajudar e envolvia a emissão de uma resposta que poderia ser considerada sensível à descrição feita acerca da problemática vivida pelo outro. A participação efetiva na segunda pesquisa mostrou-se influenciada por diversas outras circunstâncias não previstas ou controladas, mas o resultado significativo no CONTATO indica que, ao menos em algum nível, a intervenção verbal programada foi suficiente para gerar uma predisposição inicial à ação, alinhando-se com o objetivo do estudo em avaliar estratégias para o desenvolvimento da sensibilidade ao outro.

Ainda que o grupo experimental tenha numericamente mostrado-se mais predisposto à ocorrência de AJUDA, não houve diferença estatisticamente significativa. O estabelecimento de relações de coordenação entre situações vividas pelo participante e a vivida por um outro pareceu ativar uma resposta inicial, mas mostrou-se insuficiente para garantir o comportamento de ajuda efetiva. Esse resultado indica a importância de

investigações adicionais sobre o papel das variáveis adicionais atuando sobre a transição entre a intenção e a ação de ajuda real.

O uso de um questionário ou inventário de altruísmo que avaliasse a predisposição das pessoas em ajudar foi evitado em função de que as próprias perguntas dos instrumentos dessem dicas aos participantes a respeito do real problema de pesquisa e da resposta comportamental alvo. Entretanto, depois ocorreu a ideia de que tais instrumentos poderiam ter sido aplicados no dia da entrevista devolutiva, contornando esse problema. Essa seria uma possibilidade a ser explorada em investigações futuras.

Considerando a hipótese de que o comportamento sensível é mais provável se o pedido de ajuda assume uma função de *tracking*, de forma que o ajudar seja mantido por reforçadores mais naturais e intrínsecos, os resultados apontam a necessidade de maior entendimento sobre como essa transição do *pliance* para o *tracking* pode ser facilitada. Entretanto, é importante considerar que os próprios termos *pliance* e *tracking* têm limitações técnicas quanto à sua precisão e são, do ponto de vista experimental, termos de nível intermediário, conforme apontam Harte & Barnes-Holmes (2022). Logo, novas investigações provavelmente irão requerer uma operacionalização e definição mais precisas dos processos comportamentais envolvidos no seguimento de regras relacionadas à ajuda.

O estabelecimento de uma relação de coordenação entre a descrição de uma situação vivida pelo participante (ou pelo cliente/paciente, no caso da psicoterapia) e a descrição de uma situação vivida por um outro deveria favorecer a transferência de funções entre esses estímulos verbais. Se a descrição do episódio vivido pelo próprio participante elicia componentes respondentes de características aversivas, essa função eliciadora deveria ser transferida, uma vez estabelecida a coordenação entre esses eventos, para a descrição do sofrimento do outro. A emissão da resposta de ajuda, diante

da solicitação do experimentador feita após a coordenação desses eventos, estaria portanto mais próxima do *tracking*, considerando-se que modificar a situação do outro implicaria em reduzir os efeitos aversivos agora a ela relacionados. Controlar ou observar experimentalmente esses aspectos respondentes, embora metodologicamente complexo, seria uma possibilidade instigante.

Embora a amostra tenha sido ampliada com a segunda rodada de coleta de dados, um número ainda maior de participantes traria resultados mais robustos. Também seria interessante ver se o efeito se verifica se a estratégia for aplicada por outros experimentadores-psicoterapeutas, com outro repertório clínico e tempo de experiência.

Considerando os efeitos encontrados sobre a VD representada por entrar em contato com aquele que precisava de ajuda (CONTATO), os resultados iniciais sugerem que intervenções verbais relativamente simples podem estabelecer os primeiros passos de um comportamento empático, o que é valioso do ponto de vista prático. Esse tipo de estratégia clínica - coordenar verbalmente o sofrimento do cliente ao sofrimento do outro, pode ser um caminho para fortalecer comportamentos sensíveis ao outro, essenciais ao indivíduo e ao grupo.

Harte, C., Barnes-Holmes, D. (2022) The Status of Rule-Governed Behavior as Pliance, Tracking and Augmenting within Relational Frame Theory: Middle-Level Rather than Technical Terms. *Psychological Record* 72, 145–158. <https://doi.org/10.1007/s40732-021-00458-x>